



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CARLA JEANNE DA SILVA CRUZ GAMA

Rodas Reflexivas: A Psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em
situação de violência contra a mulher

São Luís

2021

CARLA JEANNE DA SILVA CRUZ GAMA

Rodas Reflexivas: A Psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em situação de violência contra a mulher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antonio Cardoso Filho

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Gama, Carla Jeanne da Silva Cruz.

Rodas reflexivas : a psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em situação de violência contra a mulher / Carla Jeanne da Silva Cruz Gama. - 2021. 75 f.

Orientador(a): Carlos Antonio Cardoso Filho.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2021.

1. Gênero. 2. Machismo. 3. Masculinidade. 4. Psicologia Social. 5. Violência contra Mulher. I. Cardoso Filho, Carlos Antonio. II. Título.

CARLA JEANNE DA SILVA CRUZ GAMA

Rodas Reflexivas: A Psicologia como recurso para mudança de percepção dos homens em situação de violência contra a mulher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Antonio Cardoso Filho (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Msc. Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira (primeiro membro)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro (segundo membro)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pelo seu amor incondicional e sua misericórdia, que me permitiu, conduziu e sustentou durante todo esse percurso, renovando minhas forças e mostrando que é permitido mudar, sonhar e realizar.

A meus pais e amor maior Carlos Willam e Olga Valéria, minha segunda mãe Antônia Silva, minhas irmãs Mirele Silva e Karine Valéria, meu cunhado Cesar Albuquerque, meus sobrinhos queridos Samuel Caleb e Ana Gabriela e em especial ao meu marido Paulo Gama, por todo amor, apoio e presença em minha vida. Vocês são o principal motivo de tudo!

Ao Professor Dr. Carlos Antonio Cardoso Filho, por todo suporte, orientação e paciência (e como precisou) durante o processo de escolha do tema, pesquisa e produção do trabalho. Além de, a partir de seus ensinamentos durante o curso, ter contribuído imensamente com meu despertar para questões sociais e percepção do papel social que o profissional psicólogo possui.

Agradeço a Raimundo Ferreira, psicólogo e coordenador do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, que me recebeu e acolheu, se tornando importante suporte e orientador, com certeza a pesquisa não seria possível sem a sua disponibilidade e apoio. Da mesma forma agradeço a todos os integrantes da equipe multidisciplinar de trabalho que me recebeu como parte integrante do grupo. Estendo ainda os agradecimentos à Juíza titular da 1ª Vara Especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao Tribunal de Justiça do Maranhão pela autorização concedida para a realização da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores do curso de Psicologia – UFMA que durante esta trajetória contribuíram para meu aprendizado, desconstrução, construção e crescimento, servindo ainda de modelo exemplar. Obrigada por tudo, vocês, o curso de Psicologia-UFMA e a UFMA como um todo são motivos de orgulho para mim!

E quero agradecer também aos amigos “neuróticos” que o curso me deu, com quem pude aprender e compartilhar experiências, os quais espero que continuem fazendo parte da minha vida. Mesmo que a rota pessoal de cada um nos leve a trilhar caminhos distintos, o que pode ser natural, quero ratificar que nossos momentos juntos, cheios de correria; sorrisos; estudos e muitos trabalhos em grupo; caronas; conversas e problematizações existenciais, foram vivências maravilhosas e aprendizados importantes que contribuíram para a transformação da

Carla como pessoa e a construção da Psicóloga em formação de hoje. Vou sentir saudades de tudo isso com vocês.

“A psicologia não pode dizer às pessoas como elas devem viver suas vidas. No entanto, pode fornecer a elas os meios para efetuar mudanças pessoais e sociais.”

(Albert Bandura)

RESUMO

Este trabalho em Psicologia Social busca abordar a violência contra a mulher como violência de gênero, com o olhar voltado para a construção da masculinidade e sua relação com a agressividade, tendo como base autores que corroboram para essa questão, ressaltando-se os trabalhos de Raewyn Connell. O local escolhido para a pesquisa foi o Fórum Desembargador Sarney Costa - Tribunal de Justiça do Maranhão, na Primeira Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São Luís-Ma, onde se realizam os trabalhos do grupo reflexivo de homens em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, o Grupo Reflexivo de Gênero do TJ/MA. O objetivo geral desta pesquisa de campo foi analisar os efeitos de intervenções reflexivas/responsabilizantes voltadas para homens em situação de violência ao tratar do fenômeno da violência de gênero contra a mulher. Assim, buscou-se compreender a construção da masculinidade e sua relação com a agressividade e violência contra a mulher, contextualizar a criação do grupo pesquisado e suas estratégias utilizadas no trabalho com os homens e investigar a partir dos relatos de participantes a percepção que têm acerca das relações de gênero e da violência de gênero após a participação no grupo. Para a coleta de dados utilizou-se a estratégia metodológica da história oral a partir de entrevista semiestruturada com três homens que participaram do grupo, e o processo de análise se deu pela técnica análise do discurso. Com a pesquisa percebeu-se que, representando uma amostra do grupo, os entrevistados apresentaram mudanças significativas em seus pensamentos, concepções, crenças e comportamentos em relação às mulheres, a si próprios e à outros homens, observou-se alterações quanto a conscientização e responsabilização pelos atos cometidos, modificações na percepção sobre a figura feminina, violência contra a mulher e a importância de relações mais respeitáveis e igualitárias entre gêneros, surgimento de novos posicionamentos frente a conflitos, bem como a percepção do grupo como local de reflexão, aprendizagem e interlocução. Diante disso, depreende-se que as intervenções do grupo se mostraram relevantes ao contribuir para mudanças em relação aos estereótipos de gênero, da masculinidade hegemônica e naturalização da violência, dentre outras questões que são fatores importantes de serem problematizadas ao se considerar o fenômeno da violência contra a mulher. Assim, a proposta voltada para os homens mostra-se como significativa e mais uma aliada no combate à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidade. Machismo. Violência contra Mulher. Psicologia Social.

ABSTRACT

This work in Social Psychology sought to approach violence against women as gender violence, with a view towards the construction of masculinity and its relationship with aggressiveness, based on authors who corroborate this issue, highlighting the works of Raewyn Connell. The place chosen for the research was the Forum Desembargador Sarney Costa - Court of Maranhão, in the First Special Court of Domestic and Family Violence against Women in the district of São Luís-Ma, where the work of the reflective group of authors in situation of domestic and family violence against women, the Gender Reflective Group of the TJ/MA. The main objective of this field research was to analyze the effects of reflective/ responsible interventions aimed at men in situations of violence when dealing with the phenomenon of gender violence against women based on their experiences of participation in the group. Thus, we sought to understand the construction of masculinity and its relationship with aggression and violence against women, contextualize the creation of the researched group and its strategies used in working with men and investigate, based on the reports of participants, the perception they have about of gender relations and gender violence after participation in the group. For data collection, the methodological strategy of oral history was used, based on semi-structured interviews with three men who participated in the group, and the analysis process was carried out using the discourse analysis technique. With the research it was noticed that, representing a sample of the group, the respondents showed significant changes in their thoughts, conceptions, beliefs and behaviors towards women, themselves and other men, there were changes in awareness and accountability by the acts committed, changes in the perception of the female figure, violence against women and the importance of more respectable and egalitarian relationships between genders, the emergence of new positions regarding conflicts, as well as the perception of the group as a place for reflection, learning and dialogue. Therefore, it appears that the group's interventions proved to be relevant in contributing to changes in relation to gender stereotypes, hegemonic masculinity and the naturalization of violence, among other issues that are important factors to be problematized when considering the phenomenon of violence against woman. Thus, the proposal aimed at men is shown to be significant and another ally in the fight violence against women.

Keywords: Gender. Masculinity. Chauvinism. Violence against women. Social Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
2. A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	16
2.1 CONCEPÇÕES SOBRE A MASCULINIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA.....	16
2.2 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA	19
2.2.1 A Masculinidade vista como produção social, processo relacional e projeto variável	20
2.2.2 A Masculinidade hegemônica na arena das relações	21
2.2.3 A masculinidade nos corpos.....	22
2.2.4 A hegemonia e seus conflitos.....	23
2.3 MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA.....	24
2.3.1 Violência	25
2.3.2 Violência de Gênero.....	26
3. GRUPOS REFLEXIVOS – SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	28
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	28
3.2 SOBRE OS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	29
3.3 APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL.....	30
3.4 SERVIÇO DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO LUÍS-MA - GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.....	33
4 MÉTODO	38
4.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	38
4.2 DELINEAMENTO.....	39
4.3 AMOSTRA.....	39
4.4 LOCAL.....	40
4.5 INSTRUMENTOS E MATERIAIS	40
4.6 PROCEDIMENTOS.....	41
4.7 ANÁLISE DOS DADOS	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
5.1 SOBRE OS SUJEITOS DE PESQUISA.....	43
5.2 CHEGADA AO GRUPO	44

5.3 PERCEPÇÃO SOBRE O FEMININO	48
5.4 INSERÇÃO NO GRUPO	53
5.5 GANHOS COM A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO REFLEXIVO	59
5.6 A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	72
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	73
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	75

1 INTRODUÇÃO

A Violência contra a Mulher é um tema que atravessa minha formação por vários motivos, o principal é por ser mulher e sentir na pele as consequências da dominação masculina. Além disso, desde o início da graduação tenho interesse em buscar explicações que pudessem contribuir no entendimento da existência e aumento de tantos casos de feminicídios e violência contra a mulher, repetidamente noticiados pela mídia nacional, mesmo com a existência de leis rigorosas que preveem punições aos homens.

Durante o percurso acadêmico estive como membro de grupos de estudos que trataram de assuntos como relacionamento interpessoal, o ciúme, violência, cultura, ocorrência e manutenção de comportamentos resultantes de modelos presentes na sociedade, além de participar de disciplinas que diretamente abordaram a temática das relações de gênero. Mas foi no decorrer da disciplina de Seminários Teóricos em Processos Clínicos e de Saúde que tive de forma mais aprofundada contato com noções de gênero, análises históricas dessas temáticas, a necessária associação da clínica ao social, e temas pontuais como masculinidade e a violência contra a mulher como material de estudo. Foi nessa disciplina, em rodas de conversas com profissionais que trabalham em sua prática com essas temáticas, que me foi apresentado o trabalho com grupos de homens acusados e sentenciados por crime de violência contra a mulher, que acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís-Maranhão. Em sua palestra, Raimundo Ferreira, o psicólogo e coordenador do grupo, ressaltou o papel social da psicologia, mas principalmente os benefícios dessa ciência como intervenção na perspectiva voltada para os homens trazendo como resultado mudanças de concepções, crenças e comportamentos. Essas discussões e palestras ampliaram minha percepção sobre a influência da cultura e da aprendizagem nos comportamentos dos seres humanos, e conseqüentemente da influência do social na ocorrência e manutenção da violência do homem contra a mulher.

Foi nesse ambiente que o tema dessa pesquisa foi selecionado, com uma perspectiva de trabalho para além da mais comum que seria a voltada para a vítima. Se delimitou o entendimento de que é necessário um olhar amplo e que a Psicologia tem muito a contribuir ao estudar e intervir sobre todos os atores envolvidos nesse complexo fenômeno que é a violência contra a mulher.

A concepção do *ser* homem e mulher na cultura ocidental sempre foi marcada por distinções e assimetrias teóricas, sociais e políticas. Ao longo da história esses atores sociais foram submetidos a normalização e padronização comportamental, acarretando opressão e

violência extrema às mulheres. Assim, a violência contra a mulher, em suas diversas formas, tem estreita ligação com a longa história de desigualdade de poder existente entre homens e mulheres, ela é resultante das diferenças de gênero e da dominação masculina que se mostra muitas vezes socialmente invisível (PINHEIRO E COUTO, 2008).

Essa questão histórica e cultural passou por mudanças significativas a partir do momento que se elevam problematizações acerca da realidade vivida pelas mulheres e os altos índices de violência sofridos. É importante frisar os avanços na sociedade resultantes principalmente da atividade de movimentos sociais, como o feminista, que buscou pôr em pauta o pensamento crítico diante dessa realidade de assimetrias vivenciada entre homens e mulheres (PINHEIRO E COUTO, 2008). Os movimentos feministas questionaram as formas de organização social e cultural, apontando as consequências da desigualdade existente. A partir disso, novas teorias e estudos foram desenvolvidos no intuito de construir uma concepção crítica do feminino e masculino apoiando-se na abordagem de gênero, leis foram criadas para combater o fenômeno da violência contra a mulher e novas formas de estudar e abordar as relações de gênero foram surgindo.

Destaca-se nesse âmbito e como consequência dessas mudanças, a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340 criada em 2006 (BRASIL, 2006), que representou um marco para o avanço de políticas relativas aos direitos humanos das mulheres levando em consideração a concepção de gênero para compreendê-la. A Lei prevê medidas integradas de prevenção à violência contra a mulher, dispõe sobre assistência e atendimento, cria medidas protetivas e juizados, garantindo a assistência judiciária e equipe multidisciplinar de apoio ao público-alvo. Por outro lado, uma das questões pouco implementadas da Lei no Brasil refere-se às medidas voltadas ao homem, com o objetivo de tratar o ciclo da violência, prevendo a criação de serviços de reeducação e responsabilização dos homens em situação de violência contra a mulher.

Apesar desses serviços ainda serem escassos ressalta-se a perspectiva de crescimento deles. Os grupos reflexivos se mostram como uma possibilidade de alternativa ao modelo punitivo prisional atual, apresenta-se como medida judicial em formato reflexivo/responsabilizante, que visa oferecer um espaço de discussão e reflexão aos homens, a partir da compreensão da violência contextualizada socio-historicamente, indo de encontro às perspectivas que legitimam e incentivam a violência culturalmente (LOPES, 2013).

A proposta do Grupo Reflexivo mostra-se como modelo inovador e alternativo que se diferencia do modelo tradicionalmente adotado pela Justiça que tem se apresentado como

insuficiente na resposta à violência contra a mulher, visto que as taxas de violência e feminicídio no Brasil não apresentam queda, segundo pesquisa DataSenado, edição de 2019. Conforme essa pesquisa feita a cada 2 anos acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, o percentual de mulheres que declararam já ter sofrido agressões alcançou o maior nível (29%) no levantamento realizado em 2017 e que em 2019 esse percentual chegou a 27%, e permanece, assim, praticamente inalterado, tendo em vista que incide dentro da margem de erro (DATASENADO, 2019).

Diante disso, esse modelo com uma metodologia reflexiva-educativa proposta pelos Grupos Reflexivos visa contribuir para a desconstrução dos estereótipos de gênero e da masculinidade hegemônica, possibilitando ressignificar a violência contra a mulher, assim como as próprias relações de gênero (LOPES, 2013).

Para o estudo a partir de uma perspectiva voltada para todos os atores envolvidos na relação, buscou-se abordar a violência contra a mulher como violência de gênero, com o olhar voltado para a construção da masculinidade e sua relação com a agressividade, tendo como base autores que corroboram para essa temática, ressaltando-se nesse contexto os trabalhos de Raewyn Connell. Pretendeu-se assim, analisar os efeitos das intervenções voltadas aos homens em situação de violência, como uma possibilidade ao tratar o fenômeno da Violência contra a Mulher.

O local escolhido foi o Fórum Desembargador Sarney Costa - Tribunal de Justiça do Maranhão, na Primeira Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São Luís-Ma, onde já é desenvolvido o trabalho de Grupo Reflexivo. Para a coleta de dados na pesquisa utilizou-se a estratégia metodológica da história oral a partir da realização de entrevista semiestruturada com homens que participaram dos trabalhos do grupo reflexivo estudado, para levantar dados relevantes acerca dos sentimentos, pensamentos e crenças percebidos antes, durante e depois da participação no grupo reflexivo, além de investigar a percepção sobre culpabilidade e responsabilização dos mesmos diante dos atos de violência cometidos.

1.1 JUSTIFICATIVA

A violência contra a Mulher é um fenômeno que atinge todas as classes sociais e faz parte do cotidiano das mulheres do Brasil e do mundo. Se apresenta de diversas formas e pelo seu aumento significativo no país, levando muitas vezes ao feminicídio, tem suscitado atenção

especial da sociedade e poder público. Segundo dados do Atlas da Violência 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 3737 mulheres foram mortas no ano de 2019 no Brasil, configurando cerca de 1 assassinato a cada duas horas e 30 minutos (CERQUEIRA et al, 2021), o que demonstra cada vez mais a urgência de estudos e ações voltadas para o fenômeno da violência de gênero contra a mulher. Acerca desse tipo de violência, Saffioti (2001) salienta a necessidade de um olhar voltado para todos os atores envolvidos nesse processo e destaca como exemplo o trabalho pedagógico já existente no país com o uso de grupos reflexivos voltados para homens em situação de violência, como uma das possibilidades em prol de mudança e redefinição das relações de gênero e a relação de poder aí existente.

Assim, é necessário que ao se tratar da violência contra a mulher, fenômeno complexo, seja visto não somente pela perspectiva de quem sofre a violência, mas também de quem pratica a mesma, com o intuito de proporcionar mudanças comportamentais no vínculo existente entre homens e mulheres e na violência resultante dessa relação de gênero. Acerca desses possíveis trabalhos, ressalta-se a importância da atividade do profissional psicólogo e dos benefícios do trabalho multidisciplinar envolvendo o Judiciário e a Psicologia, visto que as duas estudam e tratam diretamente com o comportamento humano.

Diante do descrito, entende-se a relevância social desta pesquisa, visto que não se pode pensar uma Psicologia em todas as suas diversas áreas apartada do social, assim, levando-se em consideração os dados alarmantes de violência contra a mulher e feminicídios no país, essa ciência precisa estar preocupada com a relação de gênero culturalmente vivenciada na sociedade, a violência contra a mulher e suas consequências para os envolvidos, os já existentes e os possíveis mecanismos de combate a ela e as possíveis intervenções voltadas a todos os sujeitos envolvidos no fenômeno estudado.

Ressalta-se a relevância em pesquisar esse fenômeno a partir do trabalho que já acontece em São Luís, no Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão e seus efeitos comportamentais nos homens participantes. Busca-se com essa pesquisa contribuir para o estudo e conseqüentemente o entendimento dos benefícios que este tipo de serviço pode trazer para a sociedade sendo usado como intervenção nos casos existentes de violência contra a mulher, pensando para além da punição dos homens. Destaca-se aqui também a compreensão da possibilidade de prevenção do problema a partir da educação e mudanças de crenças e comportamentos da sociedade, visto a influência da cultura e da aprendizagem nos

comportamentos dos seres humanos, e conseqüentemente da influência do social na ocorrência e manutenção da violência do homem contra a mulher.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais os efeitos das intervenções realizadas com homens em situação de violência de gênero contra a mulher, a partir de suas experiências de participação no Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos de intervenções reflexivas/responsabilizantes voltadas para homens em situação de violência ao tratar do fenômeno da violência de gênero contra a mulher a partir das suas experiências de participação no Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender a construção da masculinidade e sua relação com a agressividade e violência contra a mulher.
- Contextualizar a criação do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão e suas estratégias utilizadas no trabalho com homens em situação de violência.
- Investigar a partir dos relatos de homens participantes do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão a percepção que têm acerca das relações de gênero e da violência de gênero após a participação no grupo.

2. A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2.1 CONCEPÇÕES SOBRE A MASCULINIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

Segundo Oliveira (1998), tornou-se importante ao meio acadêmico tomar as relações de gênero como algo central na vivência social, visto que se mostram como elementos fundamentais na organização da sociedade. Junto com outras questões, como classe e raça, as relações de gênero compõem eixos analíticos que corroboram para o esclarecimento dos mecanismos pelos quais o poder e os recursos são distribuídos socialmente.

O autor referido acima também destaca que foi através do discurso feminista que as relações de gênero puderam obter essa relevância no debate acadêmico, visto que foi através dele que a questão relacional masculino-feminino foi posicionada como destaque, trazendo esclarecimentos que desencadearam resultados também para fora dos muros da academia, mostrando-se como importante para a alteração das relações na sociedade.

Segundo Oliveira (1998), muitas linhas de estudos foram desenvolvidas ao longo da história com o objetivo de teorizar sobre o gênero masculino. Com enfoques/concepções diferentes, procuraram situar esse fenômeno na cultura e no social, tendo algumas dessas pesquisas considerado essa questão ligada ao biológico e ao determinismo ou tendência universal.

O problematizar do conceito de masculinidade e suas implicações sócio-históricas foi sistematicamente tangenciada na medida em que se passou da concepção de uma masculinidade compreendida como uma consolidação ou permanência natural e se transferiu para uma compreensão de construção de gênero passível de questionamento, a partir do conceito de masculinidade baseada no poder e dominação (BOTTON, 2007).

No decorrer da história, outros estudos sobre masculinidade surgiram como resultado das problematizações dos movimentos feministas, mostrando-se como principal agente de denúncia dessa concepção tida como essencialista. Foi possibilitado a partir daí, com impulso, novas formas de ver e teorizar acerca de gênero, que surgiu abalando de fato a concepção de uma masculinidade tida como natural, abrindo um maior caminho para o questionamento histórico. Segundo Oliveira (1998), esse discurso feminista, aliado com outros fatores, como as mudanças tecnológicas e as conseqüentes alterações nas relações sociais em todas as instituições, provocou a necessidade de reflexões por parte dos homens e de toda a sociedade, sobre seus comportamentos e suas relações sociais. Inaugurando-se assim, um processo de indagações acerca do comportamento masculino tradicional, destacando sua inadequação ao mundo contemporâneo. O autor citado descreve algumas linhas desses estudos que focalizam

essa discussão sobre gênero masculino como fenômeno ligado a cultura e ao social, firmado pela problematização e o questionamento histórico.

Destaca na década de 1950 o surgimento de um discurso que reelabora o gênero masculino apresentando-o como vítima. Segundo o autor citado acima, esses estudos expressam a condição masculina enquanto vítima de um conjunto de fatores sociais e psíquicos, demonstrando os aspectos problemáticos no fato de ser homem. Para esses estudiosos, o papel social imposto ao homem era visto como restritivo e sufocante, desencadeador de angústias e sofrimento. Além desse conceito de papel social, em algumas análises, se levava em conta os “lugares comuns do marxismo, apontando-se a dinâmica social capitalista como a responsável pelo status quo e, portanto, pela relação de dominação dos homens em relação às mulheres, gays e outros.” (p. 04). A teoria dos papéis sociais, a psicologização dessa situação vivenciada pelos homens, junto com a recorrência à versão marxista, tornou-se pontos de apoio para o desenvolvimento desse discurso sobre o gênero masculino visto como vítima surgido nesse momento.

Acerca disso, centrar-se em conceitos sobre a funcionalidade dos papéis sociais, conceitos psicologizantes e a explicação envolvendo o marxismo acabam por resultar em postulações frouxas e pouco eficazes quando se considera a possibilidade de alteração dos modelos existentes de relações entre gênero. Destaca-se que, em certo contraponto a esse discurso, alguns autores desenvolveram análises por uma perspectiva que não colocam o homem apenas como vítima de sua condição de gênero, mas procuram focar na dinâmica das relações que se apresentam e na estrutura de poder que as fundamenta, sendo essa linha de estudo destacada como herdeira da transmissão feminista (OLIVEIRA, 1998).

Conforme Botton (2007), essa nova forma de compreensão inaugurada com as problematizações feministas levantou a compreensão de que os sexos não definem comportamentos sociais, mas sim os gêneros, que são construídos e delimitados culturalmente, socialmente e subjetivamente. Citando Simone de Beauvoir (1967) o autor destaca sua célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, criando-se com isso espaço para a concepção da construção social dos gêneros, questionando os papéis sexuais antes vistos como naturais.

Segundo o autor, nesse novo debate sobre masculinidade surgem então duas vertentes principais, os estudiosos que apontam em direção a “crise da masculinidade” e os que apontam para a “dominação masculina”. De um lado considera-se um homem viril, que se utiliza de violência física e simbólica para manter seu lugar de dominante, do outro considera-se um

homem vitimado pelos processos de construção ideal de uma masculinidade exigida. Diante desse impasse, a Historiografia buscou meios para superar esse debate, descartando uma ideia de universalidade e considerando a masculinidade como histórica e contextual. Assim, passou a conceber a masculinidade de acordo com os conceitos de singularidade, subjetividade e multiplicidade.

Como fornecedor das bases para essas constatações historiográficas, Botton (2007) destaca Raewyn Connell, que a partir de suas conceituações chega à conclusão de que não se deve falar em somente uma masculinidade, mas em diversas masculinidades social-historicamente construídas, onde cada uma delas detêm um status de hegemonia diante da feminilidade e das demais masculinidades concorrentes. Connell cria a partir disso um conceito mais abrangente, pluralizando a masculinidade que passa a ser vista como “masculinidades”.

Botton (2007) destaca que diversas outras estruturas e instituições devem ser levadas em consideração nos estudos sobre masculinidades, como: classe, etnia, temporalidade, territorialidade, dentre outros fatores que não devem ser descartados em uma pesquisa histórica. Segundo o autor, a partir das concepções desenvolvidas por Connell, para entender sobre gênero deve-se fugir de qualquer binaridade e reducionismo, deve-se buscar pela multiplicidade de existência das masculinidades. Sendo essa a base conceitual escolhida para o desenvolvimento dessa pesquisa que envolve a problematização sobre a masculinidade e sua relação com a violência exercida pelo homem contra a mulher.

2.2 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Conforme Rabelo (2010, p.172) o conceito da masculinidade hegemônica a partir de Connell “[...] representa a forma de masculinidade que em cada tempo-espaço tem destaque em relação a outras.”, ou seja, se configura como um modelo ideal de masculinidade em um tempo e espaço específico que exerce poder sobre homens e mulheres. Esse conceito que emergiu em meados de 1980, possibilitou o entendimento do papel social ocupado pelo homem e sua relação com os diversos fenômenos, campos e áreas da sociedade em que está inserido.

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica reconhece variadas masculinidades que se diferenciam ao longo do tempo-espaço, da cultura e do sujeito. Pode ser entendido “[...] como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) [...]” (p. 245), que se apresenta como a forma mais honrada de ser um homem naquele tempo-espaço específico, exigindo que todos os demais

homens se posicionem a partir dela, se mostrando como normativa e legitimadora da subordinação das mulheres e de outros grupos considerados inferiores. Segundo os autores, para se sustentar um dado padrão de hegemonia é necessário o policiamento de todos os homens e a exclusão e descrédito das mulheres e da feminilidade, ou seja, é necessário o uso da violência em suas diversas formas e demonstrações para o alcance dessa hegemonia vista como necessária.

2.2.1 A Masculinidade vista como produção social, processo relacional e projeto variável

Connell (1995) ressalta que antes existia uma definição formal para gênero. Pensava-se nele como uma prática de reprodução e não uma produção social. Para a autora citada, as masculinidades são construídas na esfera da produção, entendendo-se que a prática tem uma racionalidade e significado histórico. Ela enfatiza que a prática não é necessariamente tida como racional, não se leva em consideração, por exemplo, o ato do estupro como um ato racional, mas em geral, ele é uma ação propositada e tem como objetivo a manutenção da supremacia masculina, conforme diversas pesquisas feministas sobre violência sexual. Por isso a importância dos trabalhos com homens que cometem atos violentos para que possam assumir a responsabilidade diante de suas ações propositadas e com objetivos, ou seja, trabalhar suas práticas racionais.

Connell (1995) destaca que na narrativa convencional sobre as masculinidades toda cultura teria uma definição de conduta e sentimentos apropriados para os homens, que são obrigados a agir e sentir dessa forma se distanciando do comportamento das mulheres e da feminilidade que são consideradas o oposto. A pressão para essa adequação viria das instituições: família, escola, mídia, dentre outras, e os homens internalizariam essas normas tendo como resultado a repressão. A autora ressalta que essa narrativa não está completamente errada, mas se apresenta de forma incompleta, pois necessita de 3 correções descritas a seguir.

A primeira é que essa narrativa toma uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral, sendo que, segundo a autora, as masculinidades hegemônicas são produzidas juntamente, em relação com as outras masculinidades existentes. A segunda é que nessa narrativa o gênero é visto como um molde social que é estampado em crianças, como uma fábrica em funcionamento, subestimando o dinamismo e dimensão ativa da pessoa em crescimento e em desenvolvimento. Segundo Connell (1995), deve-se pensar na construção da masculinidade como um processo e projeto variável que envolve encontros com instituições e

forças culturais, promovendo estruturas dialéticas, ou seja, as pessoas podem ir contra a força das instituições e da cultura ou podem aceitá-las. E em terceiro, conforme a autora, a construção das masculinidades deve ser vista como um projeto coletivo, tal qual um projeto individual. Assim, “se as masculinidades se formam a partir dessas formas, elas são também reconstruídas.” (p.191), ou seja, as masculinidades estão em constante processo de abertura de possibilidades.

2.2.2 A Masculinidade hegemônica na arena das relações

Para compreender a política da masculinidade deve-se atentar para a luta por hegemonia, na qual grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade, o que proporciona vantagens materiais e psicológicas a partir da posição dominante que se ocupa. Outro ponto importante é que as condições sob as quais essa hegemonia se sustenta estão constantemente mudando e como resultado disso alcança-se a possibilidade de contestação ou transformação de um dado padrão de masculinidade hegemônica determinado (CONNELL, 1995).

Connell e Messerschmidt (2013) destacam que se deve perceber que a masculinidade hegemônica local é influenciada por construções regionais e locais, mas também ajustada pela articulação com processos globais. Sendo assim, essa hegemonia deve ser pensada levando-se em consideração 3 níveis: o local, onde se destaca a interação entre famílias e comunidades; o regional, no nível da cultura e estado-nação; e o global, demonstrado nas arenas transnacionais das políticas mundiais, mídia e comércio transnacional. A partir disso, demonstra-se a ligação entre esses níveis como importantes nas políticas de gênero. Instituições globais influenciam ordens de gênero regionais e locais, ao mesmo tempo que “ordens de gênero regionais fornecem materiais culturais adotados ou retrabalhados em arenas globais e também modelos de masculinidade que podem ser importantes para as dinâmicas de gênero locais.” (p. 267). Diante disso, analisando-se a partir dessa estrutura analítica que diferencia as masculinidades em níveis local, regional e global, pode-se reconhecer a importância da territorialidade e da existência de múltiplas masculinidades a partir de um produto relacional.

O gênero é sempre relacional, sendo os padrões de masculinidades socialmente definidos em oposição a algum modelo real ou imaginário de feminilidade. Diante disso, ressalta-se que a compreensão hegemônica precisa ter um entendimento mais abrangente da hierarquia de gênero, considerando a agência dos grupos subordinados tanto quanto o poder

dos grupos dominantes, bem como o condicionamento mútuo das dinâmicas de gênero e outras dinâmicas sociais. Assim, os autores destacam que ao longo do tempo, deve-se reduzir o isolamento dos estudos sobre homens e enfatizar a importância das dinâmicas dos gêneros (CONNELL E MESSERSCHMID, 2013).

Segundo os autores citados acima, pesquisas em psicologia discursiva a partir de DEMETRIOU (2001) indicaram que diferentes construções de masculinidades locais podem servir como alternativa táctica na definição da masculinidade hegemônica. Relações estruturadas entre masculinidades existem em todos os contextos locais e a motivação em direção a uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e essas outras versões inevitavelmente diferem e reagem entre si. Destacam ainda, a influência recíproca das masculinidades umas sobre as outras, ou seja, os padrões de masculinidade hegemônica podem mudar ao incorporar elementos de outras masculinidades, reconhecendo assim o poder de influência de grupos subordinados e dominantes.

Ressaltam, que a partir disso, as masculinidades hegemônicas passaram a ser consideradas a partir de circunstâncias específicas, dando abertura para mudanças históricas, viabilizando a ideia de que se poderia dessa forma, existir uma possível luta por hegemonia e que formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas, talvez menos opressivas, talvez tornar-se “hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Ou seja, esse padrão dominante de masculinidade estaria aberto à contestação, sendo por resistência das mulheres ou dos homens detentores de masculinidades alternativas e diferentes.

Acerca disso, os autores citados acima destacam que pesquisas confirmaram fortemente a ideia de construção e reconstrução histórica das masculinidades hegemônicas, sendo considerado que as masculinidades mudam ao longo do tempo. Assim, as mudanças desencadeadas podem levar a novas estratégias nas relações de poder e resultam em possibilidade de redefinições da masculinidade socialmente almejada.

2.2.3 A masculinidade nos corpos

Falar em relação a “posição dos homens” significa ressaltar que a masculinidade tem a ver com relações sociais e se refere também a corpos, visto que “homens significa pessoas adultas com corpos masculinos” (CONNELL, 1995, p. 188). Assim, no gênero as práticas sociais se dirigem igualmente aos corpos, a partir dessa lógica, as masculinidades são

corporificadas sem deixar de ser sociais, vive-se a masculinidade, em parte, com certas posturas, habilidades físicas, formas de se movimentar, etc.

Connell e Messerschmidt (2013), ressaltam que a masculinidade hegemônica também está relacionada com formas particulares de representação e uso dos corpos dos homens. Assim, há a importância da análise sobre a incorporação masculina para a identidade e para o comportamento hegemônico, as habilidades e práticas corporais se tornam indicador de masculinidade. Diante disso, depreende-se que os corpos participam na ação social ao delinearem os cursos da conduta social almejada, sendo vistos tanto como objetos, quanto como agentes na prática social. Os autores ainda destacam nesse âmbito que existem práticas sociais ligando processos corporais e estruturas sociais, e esse processo de incorporação social passa por instituições, relações econômicas, símbolos culturais, e assim por diante, o que pode ser ilustrado ao se perceber os padrões de gênero dos homens nos diversos contextos que se colocam e ocupam, na saúde, doença, esporte, moda, dentre outros.

2.2.4 A hegemonia e seus conflitos

As masculinidades hegemônicas sempre promovem padrões de divisão interna e conflito emocional justamente por sua associação com o poder. Por isso, sem promover os homens privilegiados como vítimas, deve-se reconhecer que esse padrão acaba por trazer experiências não tão satisfatórias de vida para eles do mesmo modo. As relações de gênero são sempre campos de tensão, um padrão de práticas que forneceu soluções em condições anteriores, mas não mais na atualidade e abrem margem para a possibilidade de questionamento, isso ocorre continuamente através de esforços do movimento de mulheres (em nível local, regional e global), entre outros modelos de masculinidades, entre reivindicadores por atenção na indústria de entretenimento, e assim por diante. “A contestação é real e a teoria de gênero não prevê qual prevalecerá – o processo é historicamente aberto.” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272)

Corroborando com isso, Medrado e Lyra (2008) apresentam que esses privilégios aos homens na sociedade orientados pela ordem do gênero é uma importante questão para análise, mas que deve ser visto para além disso, considerando também o reconhecimento de que o exercício do poder por esses homens pode trazer do mesmo modo efeitos negativos associados. Diante disso, destacam a necessidade do questionamento voltado, sim também, para as vulnerabilidades e necessidades dos homens quando se falar em gênero, já que esse conceito de

gênero perpassa pelo modo de se estar no mundo. Os autores partem da ideia da tomada de consciência dos homens e mulheres acerca dessas relações de poder, atentando-se para seus prejuízos e privilégios recorrentes, como uma possibilidade de transformação e reconstrução de normas a partir do olhar voltado para o gênero.

Os autores acima sinalizam ainda que as mulheres têm sido continuamente alvo de diversas injustiças sociais ainda estando distante da efetiva igualdade de gênero, mas que por outro lado, homens também estão envolvidos na obrigação de responder a um modelo hegemônico de masculinidade. Destacam que apesar da possibilidade dessa leitura por essa perspectiva considerada vitimista já citada, a dificuldade em perceber as relações de poder envolvidas nessa questão pode inviabilizar a percepção por caminhos de transformação possíveis. Ressaltam que essa dominação construída dos homens sobre o feminino possui vários atores, que inclui homens, mas também as mulheres, mídia, educação e também políticas públicas, ou seja, o poder coletivo dos homens é construído na forma como eles o interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais existentes.

Salientam, igualmente Connell (1995), a perspectiva de gênero como uma forma de dar significado às essas relações de poder, onde essas relações são quaisquer relações humanas - institucionais, amorosas, econômicas etc., ou seja, o gênero constrói-se na multiplicidade. Eles abrem um leque de possibilidades ao conceber que as relações de poder possuem como elemento constitutivo a resistência, destacando que se não existe possibilidade de resistência, não existe uma relação de poder instaurada. Desse modo, depreende-se que masculinidade e feminilidade se apresentam, como “metáforas de poder e de capacidade de ação que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres.” (MEDRADO E LYRA, 2008, p. 822)

2.3 MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA

Segundo Medrado e Lyra (2008), para uma análise satisfatória entre masculinidade e violência a partir da perspectiva de gênero deve-se buscar compreender como as diferenças se formulam em desigualdades, indo para além das divisões biológicas e da divisão sexual no mundo. Eles salientam que é preciso uma perspectiva que rompa com a dicotomia e que considere o caráter relacional de poder envolvido.

Essa análise comum aos autores abordados nessa pesquisa anuncia a necessidade de reflexões sobre a construção de masculinidades e feminilidades que vão além da vitimização e culpabilização. E ao contrário disso, busca-se a identificação de como as relações de gênero se

institucionalizam e se atualizam, o que possibilitaria a ideia de transformação nas relações sociais generificadas e orientadas pela desigualdade que resultam em violência. Medrado e Lyra (2008) destacam que essa abordagem não implica em desresponsabilização individual, mas que a dimensão relacional de gênero permite compreender a dinâmica social que hierarquiza todas as relações existentes em sociedade.

Partindo dessa concepção de um sujeito como ser relacional, temporal e circunstancial, percebeu-se relevante a análise da violência de gênero usando-se como base conceitual a masculinidade hegemônica que possibilita mostrar o processo de classificação como uma forma de construção e manutenção de hierarquias.

2.3.1 Violência

A violência, em seu significado mais frequente, é vista como um fenômeno que se manifesta a partir do uso de força física, psicológica ou intelectual, tendo como efeito prejuízos das mais diversas ordens (CAVALCANTI, 2005). Segundo Minayo (2003, p. 25), “A ‘violência’ não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer ‘força’ e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro”.

Velho (2000) segue esta mesma linha de pensamento, ao descrever que a vida em sociedade não está livre da violência em suas diversas formas, sendo esta não somente o uso da força física, mas também se apresentando como a possibilidade do poder de usá-la, determinada pela ameaça ou ainda pela coerção.

Assim, para a maior parte da sociedade, o significado mais frequente de violência perpassa pelo conceito defendido por Saffioti (2011, p.17), sendo vista como uma “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Neste trabalho o foco volta-se para a violência exercida pelo homem contra a mulher e para isto temos a violência de gênero como base para o entendimento desenvolvido. Ela se configura como distinta das outras formas de violência por ser determinada pela diferença de gênero e a relação de poder existente entre o homem e a mulher. Dessa forma, se apresenta como uma forma de manutenção dos papéis de gênero estabelecidos na sociedade (BLAY, 2014).

Vale ainda destacar que a expressão de gênero não se limita às categorias homem ou mulher cis, mas inclui ainda pessoas trans, não binárias e intersexo. Porém, durante a discussão desenvolvida ao longo dessa pesquisa, focar-se-á na violência exercida do homem cis contra a mulher cis.

2.3.2 Violência de Gênero

Acerca do fenômeno da violência de gênero contra a mulher, ressalta-se que segundo dados do Atlas da Violência 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 3737 mulheres foram mortas no ano de 2019 no Brasil, configurando cerca de 1 assassinato a cada duas horas e 30 minutos (CERQUEIRA et al, 2021). Além disso, a edição de 2019 da pesquisa feita a cada 2 anos pelo DataSenado (DATASENADO, 2019) acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil constatou que o percentual de mulheres que declararam já ter sofrido agressões alcançou o maior nível (29%) no levantamento realizado em 2017, e que em 2019 esse percentual chegou a 27%, e permanece, assim, praticamente inalterado, tendo em vista que incide dentro da margem de erro. A pesquisa demonstra dessa forma, que o retrato que se desenha das últimas pesquisas da série histórica é que esse percentual se manteve estável em 2019. Diante dos dados descritos percebe-se que apesar dos avanços alcançados com as leis promulgadas voltadas para esse fenômeno, a violência tratada ainda se mostra como um grave problema no país e no mundo que aspira por cuidados e resoluções.

Saffioti (2011, p.70) ressalta que gênero se apresenta como uma série de “normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres”, normas precisas e determinadas, que acabam por acarretar violência a todos aqueles que se desviam de alguma forma desse padrão de gênero estipulado socialmente.

A partir disso, para Saffioti (2011, p. 70), a violência de gênero se apresenta como uma categoria mais ampla, visto que o conceito de “gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração”. Assim, violência de gênero vai além da relação entre homens e mulheres, se dá contra pessoas trans, crianças e adolescentes de ambos os sexos, mulheres e até homens com outros homens que se comportam fora do padrão esperado socialmente (heteronormatividade). Apesar disso, segundo a autora, o vetor mais emitido e transmitido da violência de gênero se apresenta na direção do homem contra a mulher. Para Chauí (1985), a violência contra a mulher é consequência de uma ideologia de dominação que acaba por ser produzida e reproduzida tanto pelo homem como pela mulher.

A violência contra a mulher, segundo Gomes, Balestero e Rosa (2016, p. 13), “se expressa e se reproduz culturalmente através de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente [...]” nas instituições que formam a sociedade em seu todo, o que resulta diretamente na opressão e dominação masculina sobre o feminino.

Alguns teóricos afirmam que na contemporaneidade se apresenta um momento de crise na masculinidade, pois a partir dessas novas concepções de se perceber e conceber o gênero, tem a possibilidade da quebra desse padrão socialmente estabelecido, ensinado e naturalizado de como ser homem. É esse padrão que acaba por estabelecer indiretamente, a partir da cultura e da sociedade em que esse homem se encontra, as normas, leis, gostos e formas de comportamento desde seu nascimento até tornar-se adulto. Ressalta-se a repressão dos sentimentos e a agressividade como marcas dessa masculinidade hegemônica em nossa sociedade (MACHADO, 2016).

A partir desse padrão, meninos e meninas são socialmente educados para se comportar de “forma masculina e feminina”, respectivamente, sendo esse o responsável por ditar o modelo de relação entre homens e mulheres, pautado no patriarcalismo e dominação masculina, fundamento utilizado para se pensar desigualdade de gênero e violência.

O afastamento do modelo/padrão hegemônico estabelecido pode gerar conflitos entre os homens e entre homens e mulheres. Diante disso, a violência se apresenta ainda como um recurso dos homens, que sentem o seu poder ameaçado, onde essa não se configura apenas como parte constituinte da relação afetiva e/ou conjugal. “Antes, sua emergência responde à necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise.” (SCHRAIBER et al, 2005, p. 14)

Simone de Beauvoir (1967, p. 9) declara que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]”. Comentando a partir dessa afirmação o homem também não nasce homem, se torna homem. Tornar-se homem é da mesma forma um processo de devir regulamentado e determinado pelo social, pela civilização, pela cultura, pela comunidade em que este está inserido e dessa forma, pelo seu caráter de processamento contínuo pode também sofrer intervenções e se ressignificar a partir dos mesmos meios.

Assim, os papéis de gênero como vistos atualmente, o homem como ser obrigatoriamente ativo, dominante, agressivo, insensível e forte; e a mulher como passiva,

dominada, delicada, sensível e frágil poderia ser mudada em prol de novas concepções e comportamentos que influenciariam as relações e conseqüentemente trariam mudanças também nos atos de violência praticados pelos homens contra as mulheres, que são sustentados e determinados diretamente por essa forma de pensar machista.

É analisando por essa via de possibilidades, à medida que se percebe a sociedade constituída por seres relacionais, contextuais e circunstanciais, abertos a diferenciação e mudanças a partir da vivência e educação, é que se propõe essa pesquisa, estudando intervenções voltadas para os homens, tendo como foco a realidade atual da violência exercida contra a mulher.

3. GRUPOS REFLEXIVOS – SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Dentre as várias transformações obtidas no âmbito da violência contra a mulher, considerando as diversas medidas desenvolvidas e avanços no país, destaca-se a possibilidade de ações direcionadas aos homens, propostas legalmente com o advento da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006. Vale mencionar que antes da promulgação da lei já se contava com esse tipo de iniciativa em algumas organizações não-governamentais no Brasil (ACOSTA E SOARES, 2012), porém destaca-se que a partir de seu advento gerou-se discussões mais assertivas acerca da educação e responsabilização destes homens. Esta lei se mostrou como uma importante inovação e este tipo de direcionamento como mais um mecanismo de enfrentamento à violência contra a mulher (LOPES, 2013).

A Lei 11.340/2006, no seu artigo 35, orienta sobre a possibilidade dada ao Estado acerca do trabalho a ser desenvolvido com os homens em situação de violência e indica no seu artigo 45 que “nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2006, n.p.). Dessa forma, a adoção de programas de recuperação e reeducação do homem em situação de violência contra a mulher passou a se expressar como uma realidade prevista na execução penal.

Em abril de 2020 sobreveio outro relevante avanço envolvendo esse fenômeno, com o advento da lei 13.984/2020 houve a alteração do artigo 22 da Lei nº 11.340/2006, para estabelecer como medidas protetivas de urgência a frequência do acusado a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial, obrigando assim o homem em situação de violência contra a mulher a frequentar os centros e ter acompanhamento (BRASIL, 2020).

3.2 SOBRE OS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Conforme relatório da CEPIA (2016, p. 6), “Muitos desses trabalhos adotam uma perspectiva de gênero que permite problematizar a construção social da masculinidade (cada vez mais tratada como masculinidades) e a desigualdade estrutural de poder com base em gênero”.

Apesar de ser um trabalho promissor que visa promover “verdadeiras e estruturantes mudanças no comportamento dos homens autores de violência” (LOPES, 2013, p. 25) em prol do fim da violência contra as mulheres, ressalta-se que esse trabalho de grupos ainda é pouco aplicado no país, dentre outros motivos, por ser um trabalho desenvolvido exclusivamente para os homens, por demandar metodologia própria e equipes especializadas, e ainda pela tendência ao encarceramento vigente na cultura brasileira.

Corroborando com o pensamento do autor acima, Beiras (2014) destaca que com a promulgação da lei 11.340/2006, o interesse nesse tipo de intervenção tem crescido gradualmente, porém enfrenta muitas dificuldades para sua implementação, tais como: políticas públicas ineficientes, mudanças de gestão por questões políticas e fins de mandatos que acabam por interromper serviços, falta de recursos, dificuldade de gestão, além do entendimento de que os recursos para esses serviços poderiam competir com os destinados ao trabalho com a vítimas, ao invés de perceber que os trabalhos estão ligados e corroboram entre si.

Lopes (2013) destaca que a política de enfrentamento a violência contra a mulher necessita ser aplicada de forma integral, buscando-se a combinação “das medidas de prevenção, proteção, assistência e punibilidade” (p. 24) para promoção de mudanças significativas. A partir dessa necessidade, ressalta-se que a lei Maria da Penha traz em si uma grande gama de intervenções a serem aplicadas, a partir do que cada caso isoladamente requer.

O autor referido pontua que ao intervir na ação violenta contra a mulher deve-se ainda destacar “a relacionalidade e a intersubjetividade envolvidas nessas relações” (p. 26), tem de

reconhecer as particularidades que envolvem cada situação de violência. Sendo assim, é importante entender que não há uma única forma de violência contra a mulher e não há personagens definidos e fechados/isolados. Dessa forma, percebendo-se diante de uma relação e não apenas de um agressor e uma vítima, esses serviços de reflexão com homens em situação de violência contra a mulher podem ser compreendidos não como uma ação destinada somente aos homens, mas “de uma perspectiva mais ampla, a toda a sociedade, que pode reconhecer nesses serviços um importante investimento no combate à violência doméstica e de outras formas de opressões de gênero.” (p. 26).

Segundo o relatório da CEPIA (2016), essa proposta de trabalho oferece uma resolução à necessidade de buscar formas mais efetivas de responsabilização dos homens em situação de violência, como uma forma de prevenção e reação à violência contra a mulher, considerando sua existência de forma contextualizada sócio historicamente, levando em conta a interação das relações e sendo vista em suas particulares circunstâncias. Além disso, ela se apresenta como uma prática alternativa à punição que tem se mostrado como insuficiente ao se tratar o fenômeno da violência contra a mulher, visto que o ato de punir sem uma preocupação com a resolução da causa raiz do problema não promove a transformação necessária das relações violentas (LOPES, 2013).

Com esses serviços voltados aos homens, se busca levar o homem em situação de violência a vê-la como abuso de poder e controle sobre as mulheres, além de abordar com eles as crenças dos homens sobre si mesmos, sobre os papéis femininos e masculinos na sociedade e o uso do recurso da violência nos relacionamentos interpessoais, favorecendo uma reflexão crítica que favoreçam questionamentos e mudanças nos sujeitos (CEPIA, 2016).

3.3 APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Segundo Lopes (2013), essa ação com cunho reflexivo/educativo proposta aos homens em situação de violência contra a mulher, a partir de um processo judicial, já tem sido implementada em alguns municípios do país como mais uma ferramenta de proteção à mulher. A partir da previsão jurídica disponibilizada, essa possibilidade de intervenção se fortalece, desenvolvendo-se metodologias consistentes e com uma perspectiva de políticas públicas estruturadas, sendo indicada pela ONU em 2006 como uma promissora ação no enfrentamento da violência contra a mulher.

Conforme o autor, para que essa modalidade de ação se apresente pelas instâncias legais de forma efetiva e ampla, é necessário investimento e comprometimento do estado para que se constituam estruturas adequadas para tal, com metodologia e equipe profissional específica e especializada.

Lopes (2013) destaca, que na prática, o momento processual para a aplicação do trabalho em grupos com caráter reflexivo/educativo nas comarcas onde já se utilizam dele no Brasil, tem sido feita como medida protetiva de urgência, como condição para a suspensão de processo ou na condenação.

Segundo referido autor, na medida protetiva de urgência, junto com outras providências previstas em lei, por exemplo a proibição de contato e aproximação com a vítima, é possível a aplicação de outras medidas que o juiz entender necessárias, como a participação em grupos de caráter reflexivo/educativo. Tem sido utilizada também como possibilidade na condição para concessão de liberdade provisória, diante da análise do grau de violência do caso. Outra possibilidade tem sido sua aplicação como condição para a suspensão condicional do processo, sendo usado no formato de monitoramento e acompanhamento do acusado durante o período probatório previsto para esses casos, se apresentando assim como mais uma ação de proteção à vítima. E por fim, sua aplicação tem sido utilizada na condenação, como substituição por pena restritiva de direito nos casos compatíveis de acordo com o tipo de delito cometido. Em todas as suas possibilidades listadas, o autor destaca que para seu real uso benéfico é preciso uma análise cuidadosa na sua aplicação para que a mulher não esteja exposta a uma nova violação (LOPES, 2013).

Quanto mais ágil a aplicação da participação em grupos reflexivos ao homem inserido em situação de violência contra mulher, maior será a possibilidade de interromper o ciclo de violência. Sendo assim, segundo o autor, se feita nas primeiras fases do processo, além de melhor possibilitar a interrupção desse ciclo por ser uma ação direta com o homem em situação de violência, ainda promove para a mulher um senso de proteção e acesso à justiça, o que se mostra muito importante para que ela se sinta encorajada a permanecer na ruptura da realidade de violência vivida (LOPES, 2013).

O autor citado, ainda enfatiza a necessidade de se investir nessas práticas que garantam o sentido de responsabilização ao homem, sendo disponibilizadas ao processo de acordo com as possibilidades legais, de forma célere para garantir de forma satisfatória a interrupção dos ciclos de violência, mas também, tendo como princípio maior a possibilidade de mudar a cultura

de violência no Brasil. Essa mudança tão almejada não tem sido alcançada apenas com a aplicação da prisão, sendo necessário para isso, a concessão de direitos e processos educativos capazes de provocar transformações significativas em formas de pensar e se comportar dos homens.

Acerca do funcionamento do trabalho a ser desenvolvido com os homens em situação de violência, é importante ressaltar que a Lei Maria da Penha não descreve como esses programas de recuperação e reeducação devam funcionar, mas ainda assim, se configuram como prática que confere uma legitimidade política revolucionária para a implementação de ações junto a homens em situação de violências contra a mulher (LOPES, 2013).

Conforme Relatório da CEPIA (2016) por razão da Lei 11.340/2006 não possuir caráter processual, ela não especifica como devem se organizar os serviços, tendo então a necessidade de ser complementada por normas técnicas, diretrizes nacionais ou estaduais que indiquem a forma de organização dos centros.

Segundo o relatório, apesar da diversidade de funcionamento desses serviços devido a falta de normalização se apresentar como benéfica, se for considerada a possibilidade de adequação às realidades locais, recursos humanos e financeiros disponíveis e ainda o perfil do público atendido em cada comarca, por outro lado, mostra-se como fundamental uma padronização conceitual e metodológica para garantir “o fim social previsto na Lei Maria da Penha, de erradicar a violência baseada no gênero” (CEPIA, 2016, p. 11).

Diante dessa ausência de diretrizes básicas para articulação e criação desses serviços, houve a edição das Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, documento que integra as orientações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), resultado da realização de um workshop em 2008 que reuniu especialistas, representantes da sociedade civil e do governo onde foi discutido conceitos e métodos relacionados aos serviços para os homens autores de atos violentos contra a mulher (CEPIA, 2016).

O documento apresenta conceitos, atribuições e objetivos dos serviços disponibilizados. Apresenta como objetivo o “acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. Portanto, esse trabalho tem um caráter obrigatório e pedagógico e não um caráter assistencial ou de ‘tratamento’ (seja psicológico, social ou jurídico)” (BRASIL, 2011, p. 65-66).

Nessas diretrizes dispõe sobre conceituação, citando que os trabalhos deverão se realizar por meio de atividades educativas e pedagógicas que adotem uma perspectiva de gênero e contribuam “para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida” (Brasil, 2011, p. 68).

Segundo relatório da CEPIA (2016), as diretrizes também definem que os serviços deverão ser vinculados aos tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal ou ao executivo estadual e municipal. Essa vinculação garante assim a institucionalidade deles mediante destinação de estrutura, equipe multidisciplinar capacitada, recursos materiais e financeiros adequados para que os trabalhos aconteçam de forma contínua conforme o fluxo de encaminhamentos. E ainda determinam que o serviço deve ser parte integrante da rede especializada de atendimento à mulher, contudo enfatizando-se que a equipe não deve ser a mesma que atende as mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Segundo Zorzella e Celmer (2016), as Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor é a única diretriz governamental que aborda o tema, porém não contém nela informações sobre critérios de seleção e inserção no serviço, metodologia, avaliação e monitoramento da intervenção, dentre outras coisas, resultando assim, em formas variadas de funcionamento do serviço de responsabilização e educação voltado para homens.

3.4 SERVIÇO DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO LUÍS-MA - GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Como já mencionado, a Lei Maria da Penha trouxe várias inovações na forma de abordagem do tema da violência doméstica e familiar contra a mulher e promoveu um marco impulsionando novos projetos de atuação com os homens em situação de violência. Dentre as principais ampliações em nível nacional, destaca-se a criação das varas e/ou juizados, a interferência no âmbito público e privado, a concepção da ação da norma para além da punição trazendo o caráter educativo e preventivo, entre outras.

Em nível estadual, conforme previsão da Lei 11.340/2006 acerca da criação dos juizados e/ou varas, foi inaugurada, em 7 de março de 2008, no estado do Maranhão, a Vara Especial de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Luís, criada através da Lei Complementar 104/2006 (FILHO, 2021).

Segundo informações de Raimundo Ferreira, psicólogo e coordenador do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Vara Especializada de São Luís/Ma iniciou em outubro de 2008 a experiência da realização de grupo reflexivo com homens em situações de violência que respondiam judicialmente pelo ato praticado. Essa iniciativa de intervenção foi proposta pelo então juiz titular Nelson Melo de Moraes Rêgo e pela equipe multidisciplinar da Vara, tomando-se como referência a Lei n.º 11.340/2006, como parte de um programa do judiciário que buscou responder de forma diferenciada à questão da violência doméstica e familiar contra a mulher. Para isso, suas ações objetivavam não somente aplicar penas de caráter punitivo, e, sim, se somando a estas, a inserção destes homens no grupo, o que possibilitaria uma ação de reflexão e responsabilização diante da violência cometida contra a mulher (FILHO, 2021).

O projeto ocorre por posicionamentos e iniciativas dos Magistrados e Magistradas, associado a participação da equipe multidisciplinar da Vara (um psicólogo, duas assistentes sociais, uma comissária de justiça e estagiários) (FILHO, 2021).

Segundo o Programa de Educação e Reabilitação para autores de violência intrafamiliar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma (RÊGO, 2008), no ano de inauguração da Vara Especial, a equipe buscou experiências de trabalho já realizadas com homens autores de violência doméstica no Brasil e identificou que no município de Nova Iguaçu/ RJ, através da Secretaria de Valorização da Vida e Prevenção da Violência, vinha se desenvolvendo um trabalho com homens através da metodologia de grupos reflexivos. A partir disso, tendo por base o programa desenvolvido nessa comarca, planejou-se a criação e funcionamento do Primeiro Grupo Reflexivo para homens em situação de violência contra a mulher de São Luís/MA, fazendo as devidas adaptações para a realidade local.

No que se refere a metodologia desenvolvida até os dias atuais no Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, segue sendo utilizado tendo como inspiração os programas do Instituto Albam de Belo Horizonte/MG e do Instituto Noos do Rio de Janeiro. A base teórica compreende o pensamento sistêmico, através da proposta reflexiva de Tom Anderson, a abordagem Construtivista e do Construcionismo Social, as bases da Pedagogia da Pergunta de Paulo Freire, a abordagem existencial da Logoterapia de Viktor Frankl, as

referências das Teorias de Grupo e a Teoria da Comunicação Não Violenta de Marshall Rosenberg (FILHO, 2021).

De acordo com o Programa citado (RÊGO, 2008), o funcionamento do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivos: diminuir o risco de atos violentos realizados pelos participantes; responsabilizar os agressores pelos atos cometidos; desnaturalizar a violência contra a mulher; elevar o nível de consciência das consequências dos atos de violência; combater as expectativas de poder e de controle dos homens; estimular mudanças cognitivas e atitudinais com relação à violência; e promover relações respeitáveis e equitativas.

Ainda segundo o documento (RÊGO, 2008), acerca da metodologia desenvolvida no Grupo Reflexivo estudado, a proposta de intervenção com homens não pode ser classificada como um tratamento ou terapia, uma vez que tal ideia supõe entender distorcidamente o autor de violência como um enfermo. A intervenção deste programa tem o formato de grupo reflexivo/responsabilizante, ou seja, pretende-se fazer com que os participantes tenham a experiência de serem questionados sobre suas visões de mundo. Para isto, se utilizam perguntas reflexivas para que os participantes se coloquem diante de si mesmos e possam refletir principalmente sobre as consequências de seus atos.

Essa abordagem e intervenção reflexiva/responsabilizante deve ser realizada, impreterivelmente, por uma dupla formada por um homem e uma mulher, que se apresentam interagindo de forma não hierárquica, já que a imagem de um casal com relacionamento sintonizado pode servir como base para a projeção do imaginário do grupo. Além disso, a presença de uma mulher em posição de poder no contexto do grupo é percebida como extremamente significativa, visto que a violência de gênero reside justamente em ideias e práticas que colocam as mulheres em situação desigual em relação aos homens (RÊGO, 2008).

Conforme informações recebidas pelo coordenador do grupo, o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão funciona com turmas possuindo de 4 a 18 participantes e se dá no formato de 13 encontros encadeados, sendo 10 encontros semanais e 3 encontros mensais finais. Suas atividades se dão com o uso dos seguintes instrumentos e técnicas: oficinas, dinâmicas, jogos, dramatizações, vídeos, textos para reflexão, atendimento de apoio, e encaminhamentos conforme demanda (RÊGO, 2008).

Segundo o Programa (RÊGO, 2008), o grupo tem como critério de exclusão em suas atividades: homens que não apresentem um nível mínimo de entendimento por seus atos

violentos, como portadores de doença psiquiátrica grave, os quais fogem da competência da equipe multidisciplinar; homens com histórico criminoso; os com consumo de álcool e outras drogas; quem não tem condição financeira suficiente para ter o acesso e locomoção às reuniões do grupo, pessoas em situação de vulnerabilidade; e também é avaliado o horário de trabalho/ocupação que impossibilite a frequência do participante no grupo.

Além disso, possui como mais um critério de seu funcionamento a necessidade de justificativa ou apresentação de atestado médico em razão de falta, sendo que em caso de abandono das atividades ou de 2 (duas) faltas consecutivas, a situação é informada ao processo, o que caracteriza descumprimento de medida judicial (FILHO, 2021).

Conforme esse Programa (RÊGO, 2008), o processo de execução das atividades acontece em cinco etapas:

A primeira etapa se estabelece pelo recebimento dos processos sentenciados com o encaminhamento para a participação nas atividades do grupo. Nesta primeira etapa a equipe multidisciplinar faz o cadastro dos encaminhados utilizando-se de ficha de cadastro do grupo reflexivo.

A segunda etapa se configura pela convocação dos homens encaminhados e cadastrados para entrevista feita pela equipe. No momento da entrevista é feito o acolhimento do participante, é demonstrado a importância dos trabalhos do grupo e se aplica um questionário de entrevista semiestruturada com o objetivo de elaborar o perfil do entrevistado. O instrumento utilizado contém questões para o levantamento de informações acerca dos dados processuais, socioeconômicos, dados sobre a violência cometida e sua percepção sobre a mesma, informações sobre a situação conjugal e familiar do participante com a vítima e sua percepção sobre questões de gênero, e por último informações sobre a percepção do entrevistado sobre o grupo de homens e expectativas futuras. Nessa etapa também é passado para o entrevistado informações sobre o funcionamento do grupo. A partir da entrevista é selecionado oficialmente os participantes do grupo utilizando-se os critérios de exclusão já citados.

Segundo Rêgo (2008), a terceira etapa se estabelece pela execução das atividades que se dão em 10 encontros semanais. No primeiro encontro é feita a apresentação e o acolhimento dos participantes. Ele tem como objetivos a interação entre participantes e equipe técnica, esclarecer dúvidas quanto ao funcionamento e procedimentos legais do grupo, e o estabelecimento de um contrato de convivência, onde é abordado com o grupo pontos importantes para o andamento das atividades (interação, pontualidade, participação, seguir em

frente, motivação, respeito, escuta, educação, companheirismo, foco nos encontros, compromisso, disposição à aprendizagem, exercitar o que aprendeu, mudança de atitude, assiduidade, uso de celular, sinceridade, ética e sigilo). Ainda nesse primeiro encontro tem como atividade a assinatura pelo participante do termo de compromisso, que possui as regras de funcionamento, as datas e horários dos encontros pré-determinadas.

Do segundo ao nono encontro, são realizadas atividades em grupo que explorem temas ligados a violência de gênero, masculinidade, leis, conflitos, sexualidade, álcool e drogas, valores, direitos humanos, tipos de violência, relação interpessoal, comunicação e outros apresentados pelos facilitadores e/ou sugeridas pelo grupo.

No décimo encontro é realizada a primeira avaliação do progresso do grupo. Através de uma dinâmica os participantes demonstram como chegaram e como saem da primeira etapa do Grupo, sendo realizada assim a avaliação do nível de reflexão alcançado pelos participantes.

A quarta etapa, se configura por essa primeira avaliação do grupo reflexivo, o qual se dá ao final do décimo encontro.

A quinta e última etapa acontece na realização dos últimos três encontros, nos quais a frequência é mensal e onde se propõe fazer a avaliação e acompanhamento dos participantes (follow-up), tendo o intuito de realizar os ajustes necessários para o alcance dos objetivos. No décimo terceiro encontro é realizado atividades em formato de rodas de conversas para avaliação e ajustes finais direcionados ao grupo. Ao final das atividades desse encontro é aplicado um questionário de avaliação do grupo reflexivo para avaliar o nível de reflexão alcançado pelo grupo e colher informações que demonstrem como eles chegaram e como estão saindo.

Após descrever sua metodologia e etapas de funcionamento, é importante ressaltar que o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão funciona em conformidade com o que descreve Lopes (2013), tendo suas intervenções reflexivas/educativas/responsabilizante o objetivo de possibilitar que o participante seja autor de uma reflexão que transforme, não visa-se através delas transmitir conhecimentos específicos, mas criar condições para que outras “sociabilidades possam emergir a partir de um trabalho destinado a atuar sobre a subjetividade dos sujeitos e transformar comportamentos.” (p. 29). Assim, por educativo, as intervenções não se referem a uma questão apenas de transmissão de conteúdo, mas se aproxima mais das reflexões desenvolvidas por Paulo Freire acerca da experiência pedagógica, “Freire afirma que a educação se concretiza por meio do diálogo

reflexivo, tendo como pressuposto que estamos em constante processo de transformação.” (BEIRAS e BRONZ, 2016, p. 30)

É a partir dessa concepção de reflexão transformadora que o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão segue realizando seus trabalhos.

4 MÉTODO

4.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa seguiu os cuidados éticos que a pesquisa com seres humanos exige, visto seus riscos e benefícios. Diante disso, as informações obtidas a partir de seu desenvolvimento foram mantidas com a privacidade, segurança, sigilo e respeito necessário.

Foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A), no qual constam os objetivos da pesquisa, as garantias e direitos dos participantes e que em caso de desistência não lhes seriam atribuídos qualquer prejuízo. Esse documento foi assinado pelos entrevistados e no processo de registro da entrevista foi mantido o sigilo dos seus nomes, utilizando identificações fictícias.

A pesquisa foi aprovada em Plataforma Brasil pelo CEP - Comitê de ética e Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CAAE - 38957620.5.0000.5087), além de ter obtido a aprovação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Primeira Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma para sua realização.

Diante da pandemia pela Covid-19 vivida no ano de 2020 e 2021, buscou-se junto ao participante entrevistado, pesquisadora e psicólogo do grupo pesquisado, chegar em comum acordo da melhor forma de se proceder com as entrevistas. Elas aconteceram de forma presencial, com horário agendado, sendo feita uma entrevista por dia, visando a segurança de todos os envolvidos. A entrevista se guiou cumprindo as medidas sanitárias recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelo Governo do Estado do Maranhão, para prevenção e combate à covid-19: higienização de materiais e móveis utilizados a cada entrevista; disponibilização de álcool em gel aos participantes; uso de máscaras por todos os que estavam no local da entrevista; respeito ao distanciamento social de no mínimo 2 (dois) metros entre as pessoas no local; e, orientação aos participantes, no ato da ligação para agendamento da entrevista, da não realização da atividade em caso de algum dos atores da pesquisa apresentarem qualquer tipo de sintomas característicos de Covid-19. Foi orientado que em caso de desistência pela entrevistadora ou psicólogo do grupo eles receberiam uma ligação marcando a entrevista

e no caso dos entrevistados eles não deveriam comparecer à entrevista, a qual seria remarcada quando possível.

4.2 DELINEAMENTO

Diante da natureza da investigação proposta utilizou-se o método qualitativo. A pesquisa focou no discurso de homens em situação de violência contra a mulher que por decisão judicial participaram dos trabalhos realizados pelo Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão. Buscou-se assim, compreender suas concepções, crenças e comportamentos antes, durante e depois da participação das atividades do grupo acerca de temas abrangendo violência e gênero.

O método qualitativo se caracteriza como um método não estatístico que tem o objetivo de identificar e analisar dados não mensuráveis como significados, motivações, aspirações, crenças, valores e comportamentos, “[...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2010, p. 22).

Minayo (2010) aponta o método qualitativo como ferramenta capaz de incorporar significados, intencionalidade inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais. Sendo assim, esse tipo de método de investigação se adequa melhor ao estudo de indivíduos, grupos e segmentos delimitados no social, a partir da ótica dos próprios atores e das relações estabelecidas por eles, com o objetivo voltado para a análise de seus discursos.

Para a coleta de dados na pesquisa de campo utilizou-se a estratégia metodológica da história oral. Segundo Chiapetti (2010, p. 146), essa estratégia é muito utilizada em ciências humanas “[...] por se colocar, justamente, no ponto em que se cruzam a vida individual dos sujeitos e seu contexto social [...]”. Essa estratégia revela além dos fatos da experiência e conduta no ambiente, os sentimentos e os significados para os sujeitos envolvidos neles. “Os relatos dos sujeitos sobre os eventos, acontecimentos, pessoas e lugares revelam suas percepções, sentimentos, atitudes, valores e visões de mundo.” (p. 147).

4.3 AMOSTRA

No presente estudo foram entrevistados três homens autuados por violência contra a mulher que participaram do grupo reflexivo de homens em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher realizado em São Luís-Ma, o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal

de Justiça do Maranhão. Esse grupo reflexivo realiza seus trabalhos desde o ano de 2008. A escolha dos entrevistados foi feita através de listas de participantes dos últimos anos do grupo, disponibilizadas pelo coordenador do grupo citado, onde apresentava telefones e dados dos homens que concluíram as atividades no grupo.

Foi realizado a tentativa de contato com quatorze homens que preenchiam o critério de inclusão na pesquisa, mas devido ao tempo de participação antigo no grupo muitos dos telefones estavam desatualizados, sendo assim, buscou-se participantes que tivessem com os contatos mais atualizados junto ao grupo, que foram os dos grupos concluídos nos anos de 2018 e 2019. Assim, contactou-se com sucesso e agendou-se entrevistas com sete participantes, sendo que com quatro obteve-se dificuldade de agendamento por conta do horário de serviço deles e consequente indisponibilidade, diante disso foram descartadas as entrevistas depois de três remarcações.

O critério de inclusão e exclusão para participação na pesquisa foi:

- a) Inclusão: Homens que tenham concluído o cronograma completo de funcionamento do grupo, que tem duração de 6 meses, total de 13 encontros, com frequência mínima de 70%.
- b) Exclusão: Homens que não tenham concluído o cronograma completo de funcionamento do grupo.

4.4 LOCAL

A pesquisa foi realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa - Tribunal de Justiça do Maranhão, na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São Luís-Ma, onde se realizam os trabalhos do grupo reflexivo de homens em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, o denominado Grupo Reflexivo de Gênero do TJ/MA. As entrevistas aconteceram na sala de reunião do setor.

4.5 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B), com nove perguntas disparadoras que possuem relação com os objetivos do trabalho, duas canetas para assinatura de documento e duas vias impressas do documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), que foram assinadas por entrevistadora e participante, ficando uma

via com cada. Ainda foi utilizado um gravador de voz através do celular da entrevistadora afim de que as falas fossem registradas na sua totalidade, mediante autorização do entrevistado.

Seguindo os protocolos de segurança voltados para a Covid-19 foi utilizado ainda máscaras de proteção individual em todos os envolvidos na entrevista e álcool em gel e líquido para higienização dos móveis, materiais e mãos.

4.6 PROCEDIMENTOS

Fez-se uso de entrevista semiestruturada como técnica de trabalho de campo. Conforme já citado, os contatos dos homens que foram entrevistados foram disponibilizados pelo psicólogo e coordenador da equipe responsável pelo programa do grupo reflexivo alvo da pesquisa. As entrevistas foram agendadas com contatos prévios, por meio de ligações telefônicas, em dias e horários estabelecidos em comum acordo entre pesquisadora, psicólogo coordenador do grupo reflexivo e entrevistados. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas segundo a autorização dos pesquisados.

As entrevistas foram feitas pela pesquisadora, tendo o psicólogo coordenador do grupo presente na sala ao lado para suporte e possível necessidade de intervenção caso fosse necessário, o que não aconteceu.

Na entrevista os homens foram convidados a falar livremente sobre os temas levantados com base nas perguntas propostas na entrevista semiestruturada que contêm questões sobre os dados sociodemográficos dos sujeitos e nove questões disparadoras abrangendo suas vivências e experiências sobre os temas violência e gênero.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados coletados através das entrevistas foi utilizada a técnica Análise do Discurso. Essa metodologia privilegia a fala e seu contexto, tendo como objetivo, segundo Minayo (2010, p. 319), “[...] realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação dos textos produzidos nos mais diferentes campos [...]”, visando compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção de seus sentidos.

As entrevistas gravadas foram transcritas e revisadas pela pesquisadora. Em relação ao processo de tratamento das falas, primeiramente foi feito uma leitura de todo o material recebido, nas leituras seguintes, a partir do discurso dos entrevistados buscou-se identificar

palavras (simples ou compostas), frases e expressões comuns aos mesmos que pudessem caracterizar relação com o fenômeno pesquisado. Sendo observadas as possíveis relações estabelecidas foi definido categorias, tendo em vista a melhor interpretação dos dados obtidos. Através disso, pretendeu-se compreender o sentido e o significado da fala dos sujeitos, acerca de seus pensamentos, crenças e comportamentos diante de temas como violência e gênero, considerando o contexto em que se inserem. Nesse processo as categorias gerais foram compreendidas como núcleos que estruturam o discurso, considerados conteúdos significativos (crenças, concepções e comportamentos) acerca dos temas envolvidos na pesquisa.

Na apresentação dos resultados e discussão da pesquisa foram expostos os trechos das entrevistas selecionados para a análise, os quais estão apresentados em **negrito** para melhor visualização e compreensão do leitor. Conforme já citado anteriormente, as identificações dos participantes utilizadas são fictícias, mantendo assim o sigilo de seus nomes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 SOBRE OS SUJEITOS DE PESQUISA

Pedro

Pedro, trinta e sete anos, ensino superior completo, servidor público, renda média de sete mil reais, divorciado, um filho.

O entrevistado é natural do Rio Grande do Norte, hoje trabalha e reside em São Luís- Maranhão. No que diz respeito à Lei Maria da Penha, Pedro relatou que o incidente violento aconteceu em via pública, justificada pela descoberta da traição da esposa, o que culminou em agressão física exercida por ele contra ela e o amante.

Quanto ao momento da entrevista de triagem feita para participação no grupo reflexivo em 2019, o entrevistado disse não se identificar como autor de violência.

No que diz respeito a sua vida atual, após participação no Grupo Reflexivo, na entrevista feita para a pesquisa, relatou estar em outro relacionamento e que mantém contato formal com a vítima, pois possui um filho com ela. Após a participação no grupo informa ter compreendido que houve agressão da parte dele contra ela.

Natan

Natan, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, ferroviário, renda média de dois salários-mínimos, divorciado, dois filhos.

O entrevistado é natural de São Luís- Maranhão, onde trabalha e reside atualmente. No que diz respeito à Lei Maria da Penha, Natan relatou que o incidente violento aconteceu na casa da vítima, onde em uma conversa após a separação, ele se desviou de uma investida agressiva da ex-esposa e ela caiu.

Quanto à entrevista de triagem feita para o Grupo Reflexivo, turma de 2019, o entrevistado disse não se considerar autor de violência.

No que diz respeito a sua vida atual, após participação no Grupo Reflexivo, na entrevista feita para a pesquisa, relatou estar em outro relacionamento e que não mantém nenhum tipo de contato com a vítima. Após participação no grupo informa que não se diz mais inocente.

Ricardo

Ricardo, 47 anos, ensino médio completo e técnico em eletrotécnica, office boy, renda média de novecentos e noventa reais, solteiro, não tem filhos.

O entrevistado é natural de São Luís- Maranhão, onde trabalha e reside atualmente. No que diz respeito à Lei Maria da Penha, Ricardo relatou que o incidente aconteceu na casa dos pais dele que também é a casa da vítima, onde após uma discussão, a sobrinha o denunciou por agressão física, porém ele questionava a denúncia e informa que houve apenas agressão verbal.

Na entrevista de triagem feita para o Grupo Reflexivo, turma de 2019, o entrevistado disse se considerar um autor de violência.

Acerca da sua vida atual, após participação no Grupo Reflexivo, na entrevista feita para pesquisa, informa estar em um relacionamento e que não mantém nenhum tipo de contato com a vítima. Após participação no grupo informa ter aprendido que agressão verbal também é um tipo de violência.

5.2 CHEGADA AO GRUPO

Negação/ minimização/ culpabilização da vítima

Nos relatos sobre como se deu o processo de chegada ao grupo, os homens entrevistados demonstram a não aceitação inicial frente a denúncia recebida de violência contra a mulher que os fizeram ser convocados à participação no grupo, porém no decorrer das respostas percebe-se a posterior compreensão obtida por eles sobre a violência cometida. Como podemos observar abaixo nas falas destacadas:

[...] **ela alegou** que eu agredi ela (...) Só que **eu nunca agredi ela de forma nenhuma** (...) eu acabei vindo participar do grupo reflexivo para tentar entender essa situação, **não aceitei muito bem no início**, até **entendi posteriormente essa questão de que ela tinha sido agredida** (...) no processo diz que eu agredi ela porque ela foi se defender, **ficou com uma escoriação**. Só **depois eu entendi que tinha sido uma agressão**. (entrevistado Pedro)

[...] **eu fiquei totalmente contra**, totalmente (...) **Mas, É... eu tenho que assumir os meus erros**, mas da parte dela foi algo totalmente descabido. (entrevistado Pedro)

[...] eu descendo a escada ela tentou me agredir, eu desviei, **contive ela só, só me defendi**, ela se desequilibrou e caiu entre o carro e a parede da garagem, ela usava aparelho e cortou a parte

interna da boca (...) **ela** foi e registrou um boletim de ocorrência, fez corpo de delito e **disse que eu tinha agredido**. (...) **Foi isso que me trouxe até aqui**, para mim, de certa forma foi surpresa, **de imediato foi surpresa** porque eu não achei que ia chegar a tanto (...) **assumo minha parcela no que aconteceu**, mas ela tem a dela. (entrevistado Natan)

[...] eu digo que **ela ficou cega com a situação** e não mediu esforços, **não pensou 2 vezes em me prejudicar**. (entrevistado Natan)

[...] **Do grupo**, se não falha a memória, **uns 12 ou 15**, achei interessante, **todo mundo era inocente no início, mas quando começava a relatar os fatos a gente via que o cidadão teve a sua parcela de culpa**. Não vou dizer que eu fui inocente não, porque **eu tive minha parcela de culpa** [...] (entrevistado Natan)

[...] **Não teve agressão, sempre tinha assim, coisas verbais** só (...) eu não toquei nela, **ela disse que tinha tido uma lesão, teve até, mas não fui eu que fiz a lesão física** (...) eu não **aceitei o processo de primeiro** por que **não concordei** com esse laudo, **teve agressão verbal**, não física [...] (entrevistado Ricardo)

[...] eu achei no início que ali não era lugar para mim (...) **no início achava que não tinha feito nada e depois com os dias participando das reuniões fui vendo** [...] (entrevistado Ricardo)

Pode-se perceber a partir dos trechos que os entrevistados utilizam em suas respostas expressões que demonstram a negação da realização do ato violento: “nunca agredi”, “de forma alguma”, “Eu fiquei totalmente contra”, “não teve agressão”; utilizam palavras e frases na tentativa de minimizar suas ações: “contive ela só”, “só me defendi”, “teve agressão verbal, não física”; e ainda deixam claro em suas respostas que “Ela”, a vítima, seria a responsável por, de certo modo, eles serem denunciados e estarem naquele lugar e situação, como se a violência não tivesse acontecido de fato, afastando deles a responsabilidade pela ação violenta: “ela alegou”, “ela...disse que eu tinha agredido...foi isso que me trouxe até aqui”, “ficou cega com a situação e não mediu esforços, não pensou 2 vezes em me prejudicar”, “ela disse que tinha tido uma lesão”.

As falas destacadas indicam a dificuldade inicial dos entrevistados em assumir sua culpabilidade na violência cometida e o entendimento da violência vista apenas como ato físico, desconsiderando outras formas de violência. Porém, apesar da ambiguidade que ainda é percebida na fala dos entrevistados demonstrando o não desaparecimento completo de crenças antigas, é importante ressaltar que no decorrer de suas respostas eles utilizam expressões que

mostram certa compreensão adquirida posteriormente a participação no grupo reflexivo acerca do ato violento cometido e da sua responsabilização pela violência, bem como a reavaliação do entendimento da violência como qualquer ato abusivo e não apenas físico, passando a considerar outras formas de violência, como por exemplo a violência verbal.

Sentimentos Iniciais: surpresa, angústia, receio e estranhamento

A partir dos relatos observa-se um sentimento de surpresa e angústia nos participantes diante da denúncia, condenação e conseqüente indicação de participação em um trabalho voltado para homens em situação de violência contra a mulher. Além disso, ainda demonstram um sentimento de receio por não saberem com o que e quem vão se deparar nas reuniões e um estranhamento com o grupo, por não se identificarem como homens autores de violência antes da participação nas atividades, minimizando para si suas condições.

[...] **Eu fiquei totalmente contra, totalmente, se fosse até ele [o amante] que entrasse com uma ação contra mim, mas ela? (...)** da parte **dela foi algo totalmente descabido.** (entrevistado Pedro)

[...] ela foi e registrou um boletim de ocorrência, fez corpo de delito e disse que eu tinha agredido. Foi isso que me trouxe até aqui, para mim, **de certa forma foi surpresa, de imediato foi surpresa porque eu não achei que ia chegar a tanto**[...] (entrevistado Natan)

Quando feito o questionamento sobre como chegaram ao grupo reflexivo e o que sentiram ao ser denunciados, percebe-se na fala dos dois entrevistados, frases relativas à surpresa, o que demonstra a dificuldade dos participantes em assumir seus atos e conseqüentemente a não identificação deles como autores de violência inicialmente.

[...] foi bem **angustiante no início** (...) a gente vai do céu ao inferno e depois a gente tem que se restabelecer, **foi ruim, foi triste, foi doloroso** (...) eu estava até me lembrando, eu **entrei aqui pela primeira vez eu entrava tremendo, eu não sabia o que ia acontecer** depois que eu passasse por aquela portaria (...) **a gente não sabe como é a participação do grupo, a gente vai encontrar pessoas totalmente diferentes, a gente fica achando que a gente sempre está certo, que a gente nunca faz nada, mas quando a gente vai trocar essas ideias [...] todo mundo era inocente no início, mas quando começava a relatar os fatos a gente via que o**

cidadão teve a sua parcela de culpa. Não vou dizer que eu fui inocente não [...] (entrevistado Natan)

[...] No primeiro dia do grupo eu fiquei receoso porque eu não sabia como é que era, eu vi que não foi só eu que fui selecionado, foi todo mundo, todo tipo de profissão, tinha gente que fez agressão, tinha gente que tentou matar, que bateu, e eu no meio (...) nos primeiros dias a gente foi vendo quem era quem, eu achei no início que ali não era lugar para mim, mas eu estava bem consciente de tudo que eu tinha feito, no início achava que não tinha feito nada e depois com os dias participando das reuniões fui vendo [...] (entrevistado Ricardo)

No relato de Natan muitos sentimentos parecem presentes, tais como angústia e tristeza diante da denúncia e necessidade da participação no grupo, medo e receio por não saber o que poderia vivenciar naquele lugar e com quem teria que se relacionar, destacando o sentimento diante da possibilidade de encontrar pessoas diferentes, que seriam culpados, ou seja, homens condenados por violência contra mulher, demonstrando estranhamento pela sua não identificação como autor de violência. Ao final de sua fala o entrevistado assume que se percebe depois, com a participação no grupo, como não inocente.

Assim como Natan, Ricardo em seu relato destaca o receio sentido por não saber como funcionaria o grupo e com quem se relacionaria, segundo suas palavras seriam homens de todos os tipos, pessoas que tinham cometido agressão, tentativa de homicídios e ele estaria no mesmo lugar que eles. Continua sua fala demonstrando que inicialmente entendia que o grupo não seria espaço para ele e que com o tempo, no decorrer das atividades, foi percebido sua identificação com os outros participantes.

Percebe-se a partir desses trechos que os participantes chegam ao grupo reflexivo com sentimentos que demonstram estranhamento e não identificação deles como autores de atos violentos, porém ressalta-se que as atividades desenvolvidas a partir da abordagem e intervenção reflexiva/responsabilizante desenvolvida no grupo, proporcionam nos entrevistados reconhecimento de si, identificação com o grupo e responsabilização pelos seus atos, elevando neles o nível de consciência das consequências de suas ações de violência a partir da reflexão deles, o que vai de acordo com o descrito por Rêgo (2008) no Programa de Educação e Reabilitação para autores de violência intrafamiliar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma.

5.3 PERCEPÇÃO SOBRE O FEMININO

Desigualdade versus Igualdade

Diante do questionamento sobre suas percepções, antes e depois da participação no grupo, acerca da mulher na sociedade, seu papel, como deve se comportar e como deve ser tratada, percebe-se em seus relatos a afirmação de um pensamento de igualdade em todos eles, talvez pelo fato de que a entrevistadora seja uma mulher o que pode ter sido determinante para uma fala inicial contida, tentando demonstrar um entendimento livre de preconceitos e/ou pelo receio de serem julgados pelas suas afirmações. Porém, à medida que suas falas são continuadas, sentem-se mais à vontade e livres na conversa, e pode-se perceber expressões ainda marcadas pela concepção de desigualdade.

[...] **Totalmente igual ao homem**, inclusive a minha ex trabalhava, eu nunca gostei de mulher que fica em casa, esse estereótipo que fica lavando prato (...) **Tem que ter** muito respeito, **muita paciência, apesar das diferenças que são incríveis porque são dois gêneros ali e a gente tem que ter respeito e saber que a mulher tem e pode ter essa iniciativa também, pode ter esse impulso que costuma ser mais dos homens, essa questão de iniciativa e tal (...)** difícil conectar duas pessoas que tem esse impulso de decisão nos dois (...) mas eu acho mais a dificuldade de relacionamento por que a gente foi ensinado assim (...) A mulher é livre, **pra os casais mais antigos, a mulher não pode sair para certos lugares, fazer certas coisas (risos)** (...) **Já eu passei a aceitar a liberdade da mulher**, ela pode fazer coisa errada sim, mas eu não vou tipo agredir ela, não. (entrevistado Pedro)

[...] **Como normal**, como uma pessoa qualquer, que convive na sociedade, **sem essa discriminação de que a mulher precisa ser submissa ou que ela precisa fazer o que a gente manda, o que o homem determina, mais num processo igualitário (...)** Mas a mulher sempre foi e sempre será mais carinhosa do que o homem né?! **a mulher sempre foi e sempre será mais frágil** do que o homem, **ela pode lutar, treinar, mas o homem sempre vai ser mais forte, quer queira quer não** [...] (entrevistado Natan)

[...] **o papel da mulher nesse ponto sempre foi aquela que visa cuidar da casa, cuidar da família, cuidar dos seus filhos, do seu marido e independente de qualquer coisa ela sempre cuida do marido, sempre cuida do seu companheiro**, não tinha muito essa questão de mídia,

então era mais aquela questão tradicional, que vai de geração para geração, de família para família (...) **Mas eu acredito que teve uma mudança nessa percepção com o grupo sim, porque as mulheres elas buscam mais o seu espaço na sociedade**, no mundo, no mundo profissional, **então ela está se qualificando mais e é assim, para que a gente possa ter um bom relacionamento, um comportamento melhor, a gente tem que dar o braço a torcer e dar a mão à palmatória** [...] (entrevistado Natan)

[...] **antes de fazer o grupo eu já achava que o homem e a mulher precisavam ser independentes, a mulher não nasceu para ficar dentro de casa**, ela não nasceu para na hora que o caboclo quiser a comida está lá prontinha ou que ela que tem que fazer, lavar roupa, fazer as coisas. **Esse pensamento era o que eu via no meu pai, mas não era o que eu fazia antes, mas aí no grupo melhorou mais ainda** [...] (entrevistado Ricardo)

[...] **eu acho que a mulher tem que ser mulher sabe?! tem que ser feminina, tem que se cuidar, tem que ser independente, tem que procurar suas melhoras para ela. E dentro de casa não é que ela seja ou tenha que fazer tudo que o marido manda**, ela tem que fazer o que ela quiser (...) antes do grupo eu já tinha esse pensamento de achar que a mulher era livre (...) porque a sociedade é machista né?! **tem aquela cultura de que a mulher nasceu para cuidar da casa, para cozinhar, não se cuidar** (...) **No grupo eu vi que mulher não tem lugar, na verdade onde ela quiser é que é o lugar, onde ela quiser ela vai.** (entrevistado Ricardo)

Na fala dos entrevistados pode-se verificar o mesmo padrão negacionista acerca da percepção de desigualdade entre homens e mulheres ou da presença de preconceito em relação a mulher já antes da participação no grupo, porém à medida que discorrem apresentam expressões que demonstram uma concepção indicativa de diferença e desigualdade. Pedro discorre sobre a necessidade de se ter “muita paciência” ao lidar com a mulher visto a diferença de papéis de gênero existente e destaca que o homem costuma ter o papel de decisão frente a ela, ressaltando que quando a mulher também apresenta esse comportamento o relacionamento torna-se difícil. Natan destaca em sua fala características que acredita serem próprias das mulheres, como carinho e fragilidade demonstrando uma concepção de binaridade masculino versus feminino, destacando similaridade de seu pensamento com o pensamento dicotômico culturalmente ensinado de que as mulheres têm “sempre” um papel de cuidadora, da casa, companheiro e família.

Quando questionados sobre a concepção deles após a participação no grupo, Pedro destaca em sua fala a mudança no entendimento sobre a aceitação da liberdade da mulher e Natan constata os avanços das mulheres na sociedade, admitindo a necessidade em se aceitar essa nova condição. Assim, os entrevistados demonstram certa reflexão e conseqüentemente indícios de mudanças em suas percepções sobre a importância de relações mais respeitáveis e equitativas entre homens e mulheres, o que se mostra como extremamente relevante ao se pensar fatores relacionados a violência contra a mulher, visto que a violência de gênero reside justamente em ideias e práticas que colocam as mulheres em situação desigual em relação aos homens (RÊGO, 2008; CONNELL, 1995).

Acerca da fala de Natan vale destacar o uso de palavras que demonstram esse pensamento de admitir a igualdade das mulheres com os homens como algo atrelado somente a existência de uma exigência: “elas buscam mais o seu espaço na sociedade, no mundo, no mundo profissional, então ela está se qualificando mais e é assim, para que a gente possa ter um bom relacionamento, um comportamento melhor, a gente tem que dar o braço a torcer e dar a mão à palmatória”. Diante disso, percebe-se essa igualdade como consequência da condição de busca da mulher por mais espaço, então conforme sua fala, para se ter um bom relacionamento e somente por isso precisaria admitir a igualdade. Apesar de ser uma reflexão que esteve atrelada a uma exigência, esta mostra-se como uma possibilidade de mudança importante que pode desencadear consequências relevantes no alcance de uma relação de gênero com características mais igualitárias entre homens e mulheres. Destaca-se assim, a importância da reflexão e questionamento da sociedade frente ao que é posto social e culturalmente aos sujeitos, padrões e modelos que trazem preconceitos e violência devem ser questionados e conseqüentemente mudados. Ressalta-se a partir disso, a necessidade de maiores investimentos em estudos e trabalhos que contemplem a questão de gênero e impulsionem a luta pelos direitos das mulheres como uma peça importante no combate ao fenômeno da violência de gênero, visto que historicamente, conforme Oliveira (1998) discorre, muitos avanços foram possíveis a partir do discurso, das problematizações e da luta feminista. Corroborando com isso, Connel e Messerschmidt (2013) destacam que o padrão/modelo dominante de masculinidade estaria aberto à contestação, sendo por resistência das mulheres ou dos homens detentores de masculinidades alternativas e diferentes, ou seja, a contestação é real, possível e necessária no processo de mudança.

No relato de Ricardo sobre a percepção da figura da mulher, ele informa que anterior ao grupo já tinha o pensamento de que precisava ver a mulher diferente do padrão ensinado pela sociedade, dita por ele como machista, mas ressalta que mesmo assim percebe uma melhora nessa percepção após participação no grupo. Apesar de suas afirmações que demonstram uma certa percepção sobre igualdade, o entrevistado ainda possui uma fala marcada por padrões limitantes. Ressalta que pra ele a mulher precisa ser “feminina”, “tem que se cuidar”, demonstrando sua concepção ainda marcada pela divisão masculino versus feminino, com características estereotipadas, corroborando com o pensamento de Connell (1995), Saffioti (2011) e Machado (2016) que consideram o conjunto de expectativas que acompanham o gênero, normas modeladoras de comportamentos e certas características ditas femininas ou masculinas que são determinadas ao nascer e passam a ser esperadas por toda a vida, um padrão que acaba por estabelecer indiretamente leis, gostos e formas de comportamento. Apesar disso, é importante ressaltar a percepção adquirida por ele com a participação no grupo, ele afirma ter visto a partir do grupo que a mulher não tem lugar (em casa, cuidando), mas que na verdade o seu lugar é onde ela quiser estar.

É importante destacar nas falas dos entrevistados mudanças na percepção sobre a figura da mulher adquiridas a partir da participação no grupo, onde são realizadas atividades que adotam uma perspectiva de gênero, abordando as crenças dos homens sobre si mesmos e sobre os papéis femininos e masculinos na sociedade, com o objetivo de favorecer uma reflexão crítica que leve a questionamentos e principalmente a mudanças de percepções e comportamentos dos homens participantes (RÊGO, 2008). Acerca disso, vale reforçar que, como já mencionado anteriormente, não há uma mudança completa nas concepções dos homens participantes, a ideia de um certo papel feminino e masculino persiste, mas as atividades reflexivas/educativas desenvolvidas no grupo proporcionam o surgimento de conflitos em suas percepções, eles passam a renegociar seus antigos limites e suposições machistas, há o deslocamento e reavaliação/ressignificação de crenças que passam a considerar uma maior liberdade para as mulheres e conseqüentemente a possibilidade de mais igualdade nas relações.

Influência cultural

Nos relatos dos participantes pode-se constatar a influência cultural na percepção da divisão de gênero, como algo vivido, ensinado e reproduzido socialmente.

[...] **são dois gêneros ali** e a gente tem que ter respeito e saber que a mulher tem e pode ter essa iniciativa também (...) difícil conectar duas pessoas que tem esse impulso de decisão nos dois, é difícil, muito difícil, mas eu acho mais a dificuldade de relacionamento **por que a gente foi ensinado assim** (...) **pra os casais mais antigos, a mulher não pode sair para certos lugares, fazer certas coisas** (risos) **Já eu passei a aceitar a liberdade da mulher, ela pode fazer coisa errada sim, mas eu não vou tipo agredir ela, não.** (entrevistado Pedro)

[...] **Eu via como o papel que a minha mãe desempenhava em casa.** Minha mãe era do lar, ela não trabalhava e criou todos os filhos que são 8 no total, então era desse jeito. **Até o determinado momento ainda existem famílias assim** (...) **o papel da mulher** nesse ponto sempre foi aquele que visa cuidar da casa, cuidar da família, cuidar dos seus filhos, do seu marido e independente de qualquer coisa ela sempre cuida do marido, sempre cuida do seu companheiro, não tinha muito essa questão de mídia, então **era mais aquela questão tradicional, que vai de geração para geração, de família para família.** (entrevistado Natan)

[...] Na família a mulher tem que ser bem tratada, **eu vi como é que era a minha mãe.** A minha mãe não foi agredida pelo meu pai, mas **ela não tinha liberdade**, ela não era financeiramente livre para fazer o que queria, ela tinha que pedir tudo para ele. **Eu fui criado dessa forma** (...) **por que a sociedade é machista né?! tem aquela cultura de que a mulher nasceu para cuidar da casa, para cozinhar, não se cuidar, eu vi pela minha mãe, meu pai era muito machista e é até hoje.** (...) **E o machismo que faz a gente fazer essas confusões, ele vem de berço né?!** (entrevistado Ricardo)

Na fala dos participantes destaca-se frases que demonstram os papéis de gênero, indo de acordo com conceituações de Connell (1995), como delimitados social e culturalmente, sendo um projeto coletivo e individual, construído a partir do encontro com as instituições (família, trabalho, escola e etc.) e forças culturais: “são dois gêneros ali (...) por que a gente foi ensinado assim”, “o papel da mulher (...) era mais aquela questão tradicional, que vai de geração para geração, de família para família.”, “(...) a sociedade é machista né?! tem aquela cultura de que a mulher nasceu para cuidar (...)”. Diante de suas falas percebe-se suas percepções sobre gênero como efeito das instituições, dos discursos e das práticas da sociedade/cultura em que foram criados. Ressalta-se assim o gênero como repetição, visto que os participantes informam terem sido ensinados pelos pais e sociedade, quais atos e comportamentos deveriam ter os homens e mulheres, quais seus papéis e lugar na sociedade, ou seja, o gênero aparece como

uma sequência de comportamentos que são repetidos e se transformam no que é passado pela cultura a partir da linguagem.

Além disso, destaca-se no relato deles, como a violência contra a mulher acaba por, segundo Gomes, Balestero e Rosa (2016), se expressar e se reproduzir culturalmente a partir desses comportamentos aprendidos socialmente como os “aceitáveis” aos gêneros, resultando em opressão e limitação da liberdade da mulher: “por que a gente foi ensinado assim (...) a mulher não pode sair para certos lugares, fazer certas coisas”, “eu vi como é que era a minha mãe (...) ela não tinha liberdade (...) por que a sociedade é machista né?! tem aquela cultura de que a mulher nasceu para cuidar (...) E o machismo que faz a gente fazer essas confusões, ele vem de berço né?!”. Acerca dessa violência contra a mulher, vale frisar a fala de Pedro informando que com a participação no grupo passou a aceitar a liberdade da mulher, que se ela fizer algo errado ele não vai agredi-la, ou seja, é possível inferir a partir disso sua anterior concepção de que quando a mulher fazia algo considerado errado por ele anteriormente era aceitável agredi-la como forma de punição.

5.4 INSERÇÃO NO GRUPO

Sociabilidade

Com o andamento das atividades percebe-se que o ambiente antes visto como estranho aos participantes e possível local de punição que desencadeava sentimentos de receio, angústia e medo, torna-se um local de vivências prazerosas, identificação com o grupo e criação de vínculos.

[...] **participar do grupo foi muito bom, conhecer pessoas maravilhosas, acho que muita gente trilhou o mesmo caminho que eu trilhei, entrando na justiça pelo mesmo fato também.** (entrevistado Pedro)

[...] **quando começou os encontros e a gente começou a escutar as coisas das pessoas, começamos a conhecer pessoas diferentes,** quando eu cheguei na participação e encontrei empresários, donos de empresas, diretores de faculdades, aí a gente fica besta, aí olha e diz - poxa (...) **eu sempre fiquei batendo na mesma tecla que não era para eu estar participando**

alí, mas aí a pena é igual para todos e o mesmo roteiro também, então depois eu comecei a ter uma outra percepção [...] (entrevistado Natan)

[...] **aí a gente viu que estava todo mundo junto, na mesma situação**, as sentenças são diferentes, mas a gente está no mesmo grupo, então **a gente tem que se falar, se ajudar, trocar experiências, tanto é que até hoje a gente tem contato, criamos um grupo, a gente se aproximou, cada um tem sua vivência, mas somos parecidos. (...) E o grupo ajudou nesse processo (...) eu estou com o pé mais no chão, porque a gente foi trocando experiências e o grupo foi um elo**, tem muita gente que era desempregado e **um ajudou o outro [...]** (entrevistado Ricardo)

Embora os sentimentos iniciais ao chegar ao grupo sejam de angústia, receio, medo e estranhamento, a fala dos participantes menciona o processo de vivência no grupo como tornando-se prazeroso, de abertura, acolhimento, escuta e criação de vínculos de amizade.

Os trechos destacam que ocorre a identificação progressiva com os demais participantes à medida que os encontros acontecem. Essa identificação é referida pelos entrevistados em suas falas como vivência de um processo de reflexão acerca de seus atos que é possibilitado a partir da interlocução do grupo e que promove a elaboração do momento vivido. Desse modo, depreende-se que a reflexão e consequente responsabilização dos participantes frente aos seus atos proporciona a identificação deles com o grupo e torna aquele local um ambiente de sociabilidade, que além de trazer transformação individual ainda permite a criação de uma rede de apoio importante.

Diante disso, destaca-se o trabalho em grupo como um espaço que proporciona a ressignificação das crenças e comportamentos dos participantes a partir da reflexão desencadeada pela interlocução entre os participantes, que acaba por promover abertura, identificação, criação de vínculos, elaboração e consequentemente a desejada aprendizagem.

Aprendizado

É importante destacar nos relatos dos entrevistados o aprendizado adquirido com a participação no grupo reflexivo e suas consequências, como pode ser visto nos trechos abaixo:

[...] foram muitas informações que chegaram (...) **a gente recebeu, entendeu muita coisa (...)** E muita coisa eu absorvia, **eu entendi essa questão de que eu agredi ela (...)** porque eu entrei aqui achando que eu era totalmente livre e injustiçado [...] (entrevistado Pedro)

[...] **Antes de entrar no grupo eu desconhecia muitos pontos que foram apresentados**, eu conhecia algumas coisas, mas de forma muito rasa e o grupo me possibilitou conhecer de forma mais profunda, **conhecer a questão da luta das mulheres, a questão de como lidar com os conflitos no dia a dia, conflitos entre relacionamentos**. E eu após o grupo, após aprender **isso tudo**, todas as questões que me foram passadas, **me tornei mais vigilante no dia a dia, mais ciente do que eu posso fazer para melhorar meus relacionamentos, me considero uma pessoa melhor nessa questão, mais paciente, observando sempre tudo que posso fazer para melhorar (...)** antes eu era ignorante sobre essas questões, sobre a luta das mulheres e como isso se refletia no dia a dia. (entrevistado Pedro)

[...] eu até dei um depoimento para o grupo que eu estava um dia vindo para cá para reunião, e **eu sempre fui espoletado no trânsito, (...)** eu discutia, eu ia atrás, parava do lado e xingava, eu fazia assim (...) até **semana passada** eu estava indo ao centro e um cara me cortou, **eu ia parar ao lado dele e agir daquele jeito né?! mas eu pensei, que besteira é essa?! (...)** isso eu aprendi aqui no encontro, **isso para mim eu levei e estou usando no meu dia a dia [...]** (entrevistado Natan)

[...] teve **um dos participantes (...)** depois que ele participou do grupo ele mudou na forma de proceder (...) esse depoimento foi muito interessante, então eu **comecei a analisar que outras pessoas também estavam fazendo o mesmo que eu**, não era só eu [...] (entrevistado Natan)

[...] aí **eu percebi que**, por exemplo, para mim xingar é um xingamento, para mim era normal (...) só que eu fui vendo **que o xingamento é uma agressão também (...)** eu fui ler sobre leis, **sobre violência patrimonial, coisas que eu não sabia eu fui conhecer. O grupo me ajudou muito (...)** todo mundo concordou que se tivesse esse grupo antes, na sociedade como um todo, **nenhum de nós estaria nessa situação atual (...)** eu aprendi no grupo, eu já tinha esse pensamento, mas no grupo melhorou mais sobre isso, **é um respeito que não tinha** na sociedade (...) **eu melhorei no tratamento com a mulher**, o que eu tinha de bom melhorou mais ainda, **é o respeito que gerou mais ainda, eu aprendi a discutir, aprendi a escutar mais.** (entrevistado Ricardo)

[...] **depois do grupo** (...) quem está ao redor vê a mudança na gente (...) **disseram assim: você tá diferente** (..) quem percebe são as pessoas de fora a minha mudança, **mudança de comportamento, o jeito de falar, o jeito de se comportar, as brigas, de não se meter, sabendo a hora de falar, sabendo a hora de se afastar.** (entrevistado Ricardo)

Destaca-se nos relatos dos participantes algumas de suas experiências de aprendizados adquiridas ao longo das atividades do grupo: conhecimento sobre a luta feminista, estratégias de como lidar com conflitos, diminuição da agressividade, informações sobre os tipos de violência existentes, conhecimento sobre leis, respeito às mulheres, mudança na forma de falar, se comportar e reagir, dentre outros. Esses aprendizados foram possibilitados a partir das intervenções reflexivas/responsabilizantes e da interlocução do grupo, que proporcionaram elevação do nível de consciência, responsabilização e desnaturalização da violência.

Acerca disso, ressalta-se principalmente as mudanças de comportamento mencionadas pelos entrevistados que foram facilitadas pelo aprendizado adquirido com a participação no grupo, podendo servir de base para novas vivências e relações interpessoais o que pode ser considerado uma estratégia de prevenção de violência: “Antes de entrar no grupo eu desconhecia muitos pontos que foram apresentados (...) a questão da luta das mulheres, a questão de como lidar com os conflitos no dia a dia, conflitos entre relacionamentos (...) após aprender isso tudo me tornei mais vigilante no dia a dia, mais ciente do que eu posso fazer para melhorar meus relacionamentos, me considero uma pessoa melhor nessa questão, mais paciente, observando sempre tudo que posso fazer para melhorar.”, “(...) eu discutia (...) semana passada (...) eu ia agir daquele jeito né?! mas eu pensei, que besteira é essa?! (...) isso eu aprendi aqui no encontro”, “depois que ele participou do grupo ele mudou na forma de proceder (...) eu comecei a analisar que outras pessoas também estavam fazendo o mesmo que eu”, “eu aprendi a discutir, aprendi a escutar mais”, “depois do grupo (...) disseram assim, você tá diferente (...) mudança de comportamento, o jeito de falar, o jeito de se comportar, as brigas, de não se meter, sabendo a hora de falar, sabendo a hora de se afastar”.

Diante das mudanças descritas pelos participantes, destaca-se o caráter de construção e reconstrução das masculinidades hegemônicas ressaltadas por Connell e Messerschmidt (2013). Esse caráter de mudança das masculinidades hegemônicas possibilita redefinições e, portanto, pode desencadear novas estratégias para as relações de poder que se dão na sociedade e conseqüentemente influenciar a violência decorrente. Considerando isso, a partir dos relatos, pode-se perceber que as intervenções reflexivas/responsabilizantes realizadas no grupo

reflexivo proporcionaram a construção e reconstrução de concepções, crenças e comportamentos nos homens a partir da reflexão e educação, tendo um novo olhar e percepção diante da questão de gênero, visto que o Grupo Reflexivo adota em seus trabalhos “uma perspectiva de gênero que permite problematizar a construção social da masculinidade (cada vez mais tratada como masculinidades) e a desigualdade estrutural de poder com base em gênero” (CEPIA, 2016, p. 16), indo de encontro com o especificado no relatório da CEPIA. Essa nova concepção construída nos participantes a partir das intervenções pôde facilitar quebras no padrão que é socialmente estabelecido, ensinado e conseqüentemente naturalizado de como ser homem e mulher na sociedade, o qual traz divisão, desigualdade, preconceito e violência.

Assim, destaca-se o entendimento de que o sujeito é sempre alguém em processo e em construção, que pode construir-se a si mesmo ao questionar e negar o que é dado a si, o que vivencia, seus erros. Acerca de reconstrução, Connell (1995) ressalta que as masculinidades devem ser pensadas como um processo e projeto variável, tanto individual quanto coletivo, que envolve instituições e forças culturais, promovendo estruturas dialéticas, ou seja, as pessoas individualmente podem contestar ou aceitar o que está posto a si no coletivo, desse modo, as masculinidades também estão em constante possibilidade de reconstrução. Considerando isso, a abertura, mudança e diferenciação podem ser vistas como uma possibilidade a partir da reflexão. Desse modo, o padrão atual de masculinidade hegemônica que exige um homem agressivo, dominante, ativo e insensível poderia ser mudado em prol de novas concepções que promoveriam mudanças também nas relações de poder existentes entre homens e mulheres, e conseqüentemente na violência que é decorrente da tentativa de manutenção dos papéis de gênero estabelecidos na sociedade (BLAY, 2014).

Reprodução do conhecimento

É importante destacar na fala dos entrevistados que as informações e aprendizados adquiridos com a participação no grupo foram repassados por eles, demonstrando o caráter de reprodução do conhecimento a partir das relações e ressaltando as mudanças que podem ser desencadeadas em outras pessoas a partir desse processo.

[...] Antes de entrar no grupo eu desconhecia muitos pontos que foram apresentados (...) **o grupo me possibilitou conhecer de forma mais profunda**, conhecer a questão da luta das mulheres, a questão de como lidar com os conflitos no dia a dia, conflitos entre relacionamentos (...) E eu após o grupo, **após aprender isso tudo**, todas as questões que me foram passadas (...) me considero uma pessoa melhor nessa questão, mais paciente, observando sempre tudo que posso fazer para melhorar, **tento ajudar também outras pessoas repassando o que aprendi** [...] (entrevistado Pedro)

[...] **depois do grupo eu comecei a orientar mais as pessoas, escutar e orientar**, mostrar que essa coisa que tá acontecendo aqui (uma situação conflituosa), isso pode levar a outras consequências, analisar a situação, orientar meus colegas (...) **a minha resposta é** bem simples, **se eu tive condições de mudar** que sou bem mais velho que você, então **você também tem condições de mudar** e assim eu estou fazendo, eu estou gostando. (entrevistado Natan)

[...] **Uso o que ouvi aqui também, tento ensinar**, converso, explico (...) **se tivesse esse grupo em escolas, em bairros**, eu achava que **seria bem melhor para nossa sociedade**, porque **a gente sai com outro pensamento** (...) eu **falei isso em uma reunião do grupo e todo mundo** que estava concordou comigo, que deveria ter em outros momentos essa iniciativa, **todo mundo concordou que se tivesse esse grupo antes, na sociedade como um todo, nenhum de nós estaria nessa situação atual** (...) **O conhecimento que eu aprendi no grupo eu utilizei pra ir ajudando outros casais também, eu já levo o conhecimento** (entrevistado Ricardo)

Pode-se perceber na fala dos entrevistados que as informações recebidas no grupo reflexivo foram utilizadas pelos participantes para promover educação e intervenção em suas relações e a possibilidade de mudanças em suas percepções/sentimentos/valores, na dimensão intrapsíquica e interpessoal. Ressalta-se que o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, em conformidade com as conceituações de Lopes (2013), tem suas intervenções voltadas para possibilitar nos participantes uma reflexão que transforme a si mesmo e assim, promova também transformações em suas relações e ambientes. Destaca-se que esses relatos corroboram para esse entendimento e demonstram o alcance desse objetivo à medida que descrevem o uso das informações recebidas para ensinar outros, podendo promover mudanças neles também.

Destaca-se ainda a percepção deles da necessidade de ter trabalhos similares ao realizado no grupo reflexivo na sociedade como um todo, em outros contextos e ambientes,

demonstrando seus benefícios e sua capacidade de levar à reflexão sobre temas importantes que influenciariam nos comportamentos da sociedade. Esse entendimento pôde ser percebido na fala de Ricardo ao descrever um momento com o grupo e a concordância dos demais participantes com sua colocação: “se tivesse esse grupo em escolas, em bairros, eu achava que seria bem melhor para nossa sociedade, porque a gente sai com outro pensamento (...) eu falei isso em uma reunião do grupo e todo mundo que estava concordou comigo, que deveria ter em outros momentos essa iniciativa, todo mundo concordou que se tivesse esse grupo antes, na sociedade como um todo, nenhum de nós estaria nessa situação atual”. Vale ressaltar assim a concepção delineada pelo participante do caráter preventivo do grupo reflexivo e seu potencial de relevância para a sociedade, destacando a importância do seu funcionamento no combate à violência, mas principalmente no combate à violência exercida pelo homem contra a mulher.

5.5 GANHOS COM A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO REFLEXIVO

Na narrativa dos participantes pode-se observar os benefícios atribuídos à experiência de participação no Grupo reflexivo.

Situação de conflito

Segue trechos correspondentes a descrição dos entrevistados em relação a situações de conflito vivenciadas após a participação no grupo, foi relatado por eles mudanças de atitude e comportamento adquiridas que trouxeram melhorias significativas em suas relações sociais, além do advir de características mais adaptativas que proporcionaram melhores reações e relações:

[...] Busco ter **mais diálogo, quando começa a entrar nos conflitos** (...) **Tô mais paciente**, com mais paciência, como aprendizado **quando aparece uma situação mais complicada você deve olhar para essa situação e vê que alí é uma oportunidade de melhorar** nesse ponto (...) **o grupo me possibilitou conhecer** de forma mais profunda (...), a questão de **como lidar com os conflitos no dia a dia, conflitos entre relacionamentos**. (entrevistado Pedro)

[...] por mais que eu seja tranquilo, que eu seja quieto, pacato, eu com o grupo fiquei mais ainda, eu **pondero mais as coisas** (...) **hoje quando começa algo** se eu estou errado eu **vou lá e escuto**

a pessoa (...) eu sempre metia os pés pelas mãos, hoje eu me organizo mais. **Hoje eu estou mais centrado, mais tranquilo** [...] (entrevistado Natan)

[...] **se não tivesse tido esse grupo a situação que eu passei depois** disso (...) com a minha ex esposa num processo de divórcio, **eu ia perder a cabeça (...) quando aconteceu o problema de conflito com minha mulher, foi melhor minha forma de agir** (...) eu me metia nas confusões, **antes do grupo eu era muito de ação, eu não pensava antes, hoje eu boto o pé no chão para evitar** (...) o grupo melhorou mais em relação as situações de conflito (...) **eu penso antes de agir (...) hoje eu sou um cara tranquilo, calmo muito mais, pensativo** muito mais, **mais consciente dos atos, de respirar até 10 antes de agir, antes de falar**, e quando houver necessidade de se afastar fazer isso, **podendo evitar mais ainda confusão (...) mas não é um processo fácil** de conseguir controlar esses momentos. (entrevistado Ricardo)

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), as masculinidades hegemônicas e o padrão atual exigido por elas promovem divisão interna e conflitos emocionais justamente por sua relação com o poder. Assim, quando esse padrão/modelo é percebido pelos homens em certa ameaça, diante dessa “necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise” (SCHRAIBER et al, 2005, p.14), desencadeia neles ações e reações que trazem prejuízos para todos os envolvidos na relação ou situação. Essa necessidade pode ser ponderada como desencadeadora de atos violentos dos homens com outros homens e homens contra mulheres, não deixando de considerar os diversos aspectos e contextos em que acontecem.

Corroborando com isso, Connell (1995) destaca que a sociedade/cultura impõe as noções de gênero a partir de um modelo binário e reducionista, no qual quem não se comporta de acordo com os atos característicos ao seu gênero acaba por sofrer punição. Assim, pode-se depreender que a violência de homens contra mulheres pode ser pensada como a tentativa dos homens em impor a continuação do modelo/padrão hegemônico vivenciado, em que as mulheres precisam se comportar de forma que se garanta o lugar de poder deles sobre elas, ou seja, há uma busca constante por hegemonia, na qual grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade, o que proporciona vantagens materiais e psicológicas a partir da posição dominante que se ocupa.

Pensando nesse padrão hegemônico exigido socio culturalmente que traz conflitos e divisões, as atividades do grupo reflexivo têm como objetivo promover nos participantes reflexões que promovam mudanças de concepções, crenças e comportamentos em prol de

relações mais respeitáveis e equitativas na sociedade, além da desconstrução de modelos desadaptativos e opressores.

Diante disso, ressalta-se que os três entrevistados relataram que a participação no grupo proporcionou mudanças de atitude e comportamento frente a situações de conflito enfrentadas posteriormente, e que além disso, possibilitou o surgimento e manifestação de características que influenciam em suas vivências e relação com outras pessoas de forma menos agressiva e impulsiva, tornando-se mais adaptativa e respeitável.

Considerando isso, ressalta-se a partir desses relatos que as intervenções reflexivas/responsabilizantes feitas no grupo proporcionaram o alcance de objetivos importantes ao lidar com o tema violência com os participantes, que perpassa por, conforme especificado por Rêgo (2008), diminuir o risco de atos violentos realizados pelos participantes, elevar o nível de consciência das consequências dos atos de violência; e estimular mudanças cognitivas e de atitudes com relação à violência. Esses objetivos promovem ganhos significativos nas ações e reações dos participantes, além de trazer melhorias nas vivências e relacionamentos deles, ensinando formas mais efetivas de se lidar com conflitos, diminuindo assim atos violentos.

Relação com a Mulher

Considerando as relações de gênero destaca-se na fala dos entrevistados a importância do grupo no processo de aprendizagem e reflexão sobre as questões de gênero, o que possibilitou mudanças nas concepções e comportamentos deles em relação às mulheres.

[...] eu **passei a aceitar a liberdade da mulher**, ela pode fazer coisa errada sim, mas **eu não vou tipo agredir ela**, não (...) **o grupo me possibilitou conhecer** de forma mais profunda, conhecer **a questão da luta das mulheres, a questão de como lidar com** os conflitos no dia a dia, **conflitos entre relacionamentos** (...) **me tornei mais ciente do que eu posso fazer para melhorar meus relacionamentos**, me considero uma pessoa melhor nessa questão, mais paciente, observando sempre tudo que posso fazer para melhorar (...) **Antes eu era ignorante sobre essas questões, sobre a luta das mulheres e como isso se refletia no dia a dia.**
(entrevistado Pedro)

[...] **No grupo eu vi que mulher não tem lugar, na verdade onde ela quiser é que é o lugar, onde ela quiser ela vai. Eu aprendi no grupo**, eu já tinha esse pensamento, mas no grupo melhorou mais sobre isso, **é um respeito que não tinha na sociedade, a mulher tem que ser respeitada (...)** eu **melhorei no tratamento com a mulher**, o que eu tinha de bom melhorou mais ainda, **é o respeito que gerou mais ainda**, eu **aprendi a discutir, aprendi a escutar** mais, hoje eu já não bato boca, hoje num conflito eu já me afasto. (entrevistado Ricardo)

Destaca-se no relato dos entrevistados que a participação no grupo proporcionou conhecimento e reflexão sobre questões de gênero e seus reflexos no dia a dia, assim como pensar a violência decorrente da relação de poder que se dá no relacionamento entre homem e mulher. Os participantes demonstram que esse processo de reflexão e educação trouxe mudanças de concepções e comportamentos diante da figura da mulher: “o grupo me possibilitou conhecer (...) a questão da luta das mulheres, a questão de como lidar com conflitos entre relacionamentos”, “Antes eu era ignorante sobre essas questões, sobre a luta das mulheres e como isso se refletia no dia a dia”, “passei a aceitar a liberdade da mulher, ela pode fazer coisa errada sim, mas eu não vou tipo agredir ela”, “No grupo eu vi que mulher não tem lugar, na verdade onde ela quiser é que é o lugar, onde ela quiser ela vai”, “Eu aprendi no grupo (...) a mulher tem que ser respeitada”, “melhorei no tratamento com a mulher (...) aprendi a discutir, aprendi a escutar”.

Ressalta-se que as relações de gênero, segundo Connell e Messerschmidt (2013), são sempre campos de tensão, mas que na atualidade se abre margem para a possibilidade de questionamento e possível mudança, isso ocorre continuamente através de esforços do movimento de mulheres (em nível local, regional e global), de outros modelos de masculinidades, dos setores e instituições da sociedade influenciados pelas questões de gênero, e assim por diante. Assim, esse processo de questionamento é considerado um “processo historicamente aberto” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272), onde formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas, talvez menos opressivas, ou seja, esse padrão dominante de masculinidade estaria aberto à contestação. Considerando isso, identidade de gênero e a relação de poder entre homens e mulheres como vivenciada atualmente poderia ser mudada em prol de novas concepções e comportamentos que influenciariam as relações e conseqüentemente trariam mudanças nos atos de violência praticados pelos homens contra as mulheres.

Diante das respostas dos participantes em que trouxeram informações sobre a relação com a mulher pode-se perceber que as atividades do grupo proporcionaram fissuras, questionamentos e ressignificação de antigas concepções nos participantes, possibilitando novos pontos de vista, aprendizagem e formas de se comportar e relacionar com a mulher de forma menos objetificada, passando a considerar sua liberdade, proporcionando menos violência e mais respeito nas relações.

5.6 A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO

A partir dos trechos destacados das entrevistas de Pedro, Natan e Ricardo, citados nos itens anteriores, pôde-se perceber que ainda há certa ambiguidade na fala dos participantes, o que demonstra o não apagamento total de antigas crenças e concepções que foram delineadas pela cultura machista ensinada e vivenciada durante suas histórias de vida. Apesar disso, ressalta-se que com a participação no grupo a masculinidade hegemônica é questionada, problematizada e conseqüentemente sofre abalos, seus princípios e leis sofrem fissuras significativas levando a possibilidade de mudanças importantes nos homens. É indo de encontro com essa via de possibilidades e abertura que se insere o trabalho e atividades dos grupos reflexivos para homens em situação de violência contra a mulher, como uma medida preventiva frente à violência contra a mulher, que visa proporcionar reflexão, aprendizagem, reavaliação e ressignificação de crenças, concepções, percepções e comportamentos dos homens em prol de relações respeitáveis, igualitárias e da diminuição das ações violentas contra as mulheres.

O relato dos entrevistados demonstra que o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão alcança objetivos importantes que são destacados no Programa de Educação e Reabilitação para autores de violência intrafamiliar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma (RÊGO, 2008): a diminuição do risco de atos violentos realizados pelos participantes; a responsabilização dos agressores pelos atos cometidos; desnaturalização da violência contra a mulher; elevação do nível de consciência das conseqüências dos atos de violência; o combate as expectativas de poder e de controle dos homens; estimulação de mudanças cognitivas e atitudinais com relação à violência; e promoção de relações respeitáveis e equitativas.

Como citado no item 3.2, as falas dos entrevistados referentes ao momento de chegada ao grupo demonstraram a dificuldade deles em assumir sua responsabilidade e culpabilidade pelos atos de violência contra a mulher pelos quais foram denunciados. Em seus relatos, com a

participação no grupo reflexivo, foi destacado o papel importante do grupo no alcance da compreensão do que é violência em suas diversas formas, da elevação do nível de consciência acerca das consequências das ações violentas que eles cometeram e conseqüentemente a posterior responsabilização deles pelos seus atos.

Além disso, como já citado no item 3.4, a partir da reflexão e aprendizagem dos participantes foi possível perceber mudanças cognitivas e de comportamentos significativas diante de novas relações e situações do dia a dia, listou-se por eles a diminuição de ações e reações violentas principalmente ao lidar com situações conflituosas. A reflexão e aprendizagem também proporcionou aos participantes conhecer sobre as questões de gênero, a luta das mulheres, a relação de poder que está envolvida na relação entre o feminino e masculino, e a partir disso promoveu-se a desnaturalização da violência contra a mulher e o alcance do entendimento da liberdade que elas possuem. Foi citado por eles que a partir desse entendimento desenvolvido com o grupo suas relações posteriores foram vivenciadas com mais respeito e igualdade, menos controle e exercício de poder contra as mulheres, menos agressividade, mais tranquilidade, diálogo e domínio emocional deles acerca de suas ações e reações.

A partir das falas dos entrevistados citadas nos itens anteriores, constata-se a relevância da experiência de participação de Pedro, Natan e Ricardo nos trabalhos do Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, visto que as atividades desenvolvidas se apresentaram como uma prática que possibilitou transformação/modificação de concepções/percepções e comportamentos dos participantes e a responsabilização deles frente a violência cometida. Desse modo, o trabalho do grupo reflexivo se mostra como uma satisfatória prática na busca pela interrupção dos ciclos de violência e principalmente como uma possibilidade de mudar a cultura de violência perpetuada nas relações a partir do processo reflexivo e educativo indo de encontro com o proposto por Lopes (2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado por Oliveira (1998) as relações de gênero, por se mostrarem como elementos básicos da organização dos sujeitos em sociedade, são tomados como algo central na vivência social, que junto com outras questões, como classe e raça, apresentam-se como eixos analíticos importantes para o entendimento das relações de poder vigentes e suas consequências. Muitos estudos sobre masculinidade foram desenvolvidos ao longo da história, porém destaca-se nessa pesquisa a compreensão de uma construção de gênero passível de questionamento, a qual foi inaugurada quando se passou de uma concepção determinista e natural para uma compreensão da masculinidade baseada no poder. Destaca-se assim, que a linha escolhida para esse estudo é considerada herdeira da concepção feminista e foca nas relações de gênero que se apresentam e na relação de poder que as envolve, a qual inaugurou a compreensão de que os sexos não definem comportamentos sociais e sim os gêneros, que são construídos e delimitados culturalmente, socialmente e subjetivamente (BOTTON, 2007).

Compreende-se que as condições sob as quais a hegemonia do masculino sobre o feminino se sustenta são mutáveis e como resultado disso alcança-se a possibilidade de contestação ou transformação de um dado padrão de masculinidade hegemônica determinado. Segundo Connell (1995) o gênero é relacional, desse modo, considera-se para a compreensão da hierarquia de gênero a influência dos grupos dominantes, mas também dos dominados (mulheres e outras masculinidades) dando abertura para mudanças históricas nesse âmbito. Ela destaca que as masculinidades são construídas na via da produção social, tendo a sua prática um significado histórico e uma razão. Elas são criadas nas relações com outras masculinidades existentes demonstrando seu caráter relacional, sendo consideradas um processo e projeto variável que envolve encontros com instituições e forças culturais, promovendo estruturas dialéticas, ou seja, a aceitação ou contestação por parte dos sujeitos. Desse modo esse projeto mostra-se como coletivo, mas também como individual, o que possibilita a abertura necessária para a contestação e reconstrução das masculinidades, assim, o modelo de identidade masculina agressiva e dominante em relação a feminilidade se encontra passível de questionamentos e mudanças.

Considerando essa via de possibilidades descrita a partir das conceituações de Connell, contemplando uma abordagem da violência de homens contra mulheres a partir de uma perspectiva de gênero, foi escolhido como objeto de pesquisa o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão com homens em situação de violência. Essa pesquisa buscou

estudar as consequências de suas intervenções reflexivas/responsabilizantes em formato de grupo reflexivo, que buscam conscientizar e responsabilizar os participantes pelos atos de violência cometidos através de atividades educativas e pedagógicas que adotam uma perspectiva de gênero, que consideram os participantes como sujeitos relacionais, contextuais e circunstanciais, abertos a diferenciação e mudanças a partir da vivência, reflexão e educação.

Na busca em refletir sobre a experiência de participação e seus efeitos aos homens em situação de violência contra a mulher encaminhados para o Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão, podemos perceber mudanças significativas em seus pensamentos, concepções, crenças e comportamentos em relação às mulheres, a si próprios e aos outros. Observou-se nos entrevistados alterações quanto a conscientização e responsabilização pelos atos de violência que os levaram à justiça, modificações em relação a percepção sobre a figura feminina, a violência contra a mulher e a importância de relações mais respeitáveis e equitativas entre gêneros, surgimento de novos posicionamentos frente a conflitos, bem como a percepção do grupo como local de reflexão, aprendizagem e interlocução entre os participantes.

Representando uma amostra do grupo, os três entrevistados demonstraram inicialmente sentimentos de estranhamento, não identificação e não pertencimento diante do grupo reflexivo composto por diversos homens denunciados por violência contra a mulher, devendo-se isso ao fato de não se reconhecerem como autores de violência, negando e minimizando seus atos ou ainda culpabilizando a vítima pelo ocorrido. Porém, pode-se observar que com o processo de inserção e vivência no grupo eles apresentaram, a partir da aprendizagem, interlocução e reflexão, significativa conscientização e compreensão acerca dos atos de violência cometidos, entendimento sobre questões de gênero e violência em suas diversas formas, uma maior responsabilização pela violência contra a mulher a qual foram denunciados, e com isso a identificação deles com os demais participantes, o que transformou o grupo em local de sociabilidade em que obtiveram vivências prazerosas e criação de vínculos.

Acerca da percepção sobre a figura feminina na sociedade, os participantes apresentaram afirmações que demonstram uma concepção de igualdade entre homens e mulheres antes da participação no grupo, porém em suas falas revelam indícios de concepções marcadas por desigualdade e pensamento dualista dos papéis de gênero. Com a participação no grupo reflexivo os entrevistados destacam o alcance do entendimento sobre a liberdade feminina, o questionamento e reflexão sobre os papéis masculinos e femininos na sociedade, e

mudanças em suas percepções sobre a necessidade e importância de relações de gênero mais respeitáveis e igualitárias. Pode-se observar assim, avanços quanto ao olhar de gênero, com os quais pode-se vislumbrar a possibilidade de flexibilização das relações sociais em geral, contribuindo com a desconstrução de visões baseadas em valores normativos tradicionais machistas.

Ainda nessa perspectiva de reflexão e aprendizagem vivenciadas no grupo, se destaca no relato dos entrevistados suas experiências de aprendizados acerca das questões de gênero, leis, estratégias para lidar com conflitos, formas de se comportar, reagir e falar mais adaptativas, dentre outros aprendizados que proporcionaram conscientização, responsabilização, desnaturalização da agressividade e violência, prevenção frente a novos conflitos e consequentemente a prevenção de novos casos de violência. Salienta-se que esses aprendizados foram destacados pelos entrevistados como fornecedores de base para suas próximas vivências e relações interpessoais em geral. Desse modo, a reflexão e os aprendizados contribuíram para a construção e reconstrução de novas concepções, crenças e comportamentos, facilitando questionamentos e fissuras no padrão de masculinidade hegemônico naturalizado que traz divisão, desigualdade e violência. Destaca-se ainda o caráter preventivo maximizado à medida que esse participante reproduz e repassa o conhecimento recebido no grupo ao seu ambiente e relações sociais, acerca disso, o relato dos participantes salienta o caráter de prevenção e mudança que poderia ser desencadeado se esse tipo de intervenção fosse efetuado na sociedade em geral, em seus vários ambientes institucionais.

É importante destacar que apesar dos relatos dos entrevistados expressarem que a participação no grupo proporcionou aprendizagem, reflexão e questionamento acerca da masculinidade aprendida e vivenciada por eles, assim como o surgimento de conflitos diante de formas diferentes de conceber a relação entre gêneros, o que proporcionou renegociação, reavaliação e ressignificação de antigas crenças e comportamentos, ainda foi verificada certa ambiguidade na fala dos entrevistados após participação no grupo, o que demonstra o não apagamento total de antigas concepções e a persistência de valores tradicionais, demonstrando a resistência que existe frente às mudanças de gênero, visto a forte referência que o estereótipo da masculinidade hegemônica possui.

Como já destacado, a política de enfrentamento a violência contra mulher precisa ser aplicada de forma integral, buscando a combinação “das medidas de prevenção, proteção, assistência e punibilidade” (LOPES, 2013, p. 24). Além disso, ressalta-se a necessidade da

criação e implementação de políticas públicas a partir de uma abordagem norteada pelas relações de gênero e que contemple todos os atores envolvidos nessa relação para o alcance de uma maior efetividade e promoção de mudanças significativas. Considerando isso, destaca-se a urgência da atuação da lei Maria da Penha voltada aos homens em situação de violência contra a mulher contemplando não somente a lógica da punição, mas também considerando outras estratégias que inscritas na rede de atendimento represente ações complementares e inovadoras no âmbito do rompimento do ciclo de violência e prevenção de novas ocorrências.

Considerando essa perspectiva de prevenção, depreende-se que as atividades do grupo reflexivo estudado se mostraram como relevantes ao contribuir para mudanças nos entrevistados em relação aos estereótipos de gênero, da masculinidade hegemônica e da naturalização da violência, dentre outras questões que são fatores importantes de serem problematizadas ao se considerar o fenômeno da violência contra a mulher. Ressalta-se desse modo, a importância e o desafio de implementação da Lei Maria da Penha em relação a ampliação da atuação desse tipo de serviço, além de sua inclusão no contexto das políticas públicas para que seu alcance seja maximizado e coletivizado.

Em relação a essa presente pesquisa, vale destacar que o discurso dos entrevistados pode ser considerado como indicativo da relevância do trabalho reflexivo/educativo realizado pelo Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão no combate à violência contra a mulher, mas é necessário frisar que esse estudo foi realizado com poucos sujeitos e se mostra como mais uma pesquisa nesse contexto ainda pouco abordado, o que demonstra a real necessidade de futuros trabalhos e pesquisas que contemplem essa prática e sua perspectiva do assunto.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Fernando; SOARES, Bárbara Musumeci. **Serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência contra a mulher (SERH): Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres**. Rio de Janeiro: ISER, 2012.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. A experiência vivida. Trad. de Sergio Milliet. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BEIRAS, Adriano. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2014.
- BEIRAS, Adriano., BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.
- BLAY, Eva Alterman. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Rev. Vernáculo**. n. 19, p.109-120, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 13.984**, de 3 de abril de 2020. Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Presidência da República, 2020.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Presidência das República/ Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011.
- CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 2005.
- CEPIA - CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. **Relatório de Pesquisa Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência**. Rio de Janeiro, 2016.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: IPEA, FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CHIAPETTI, Rita J. N. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **Revista GEOtextos**, 6(2), 139-162, 2010.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, no 2. Porto Alegre, jul./dez, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>>. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

FILHO, Raimundo Ferreira Pereira . Intervenção com homens envolvidos com a situação de violência contra a mulher. In: **Revista Interdisciplinar Sistemas de Justiça e Sociedade**, São Luís, v.1, n.1, p. 20-29, 9 fev. 2021.

GOMES, Renata; BALESTERO, Gabriela; ROSA, Luana. Teorias da dominação masculina: Uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Revista de Pesquisa em Direito**, 2(1), 11-34, 2016.

LOPES, Paulo Victor (org.) **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro - Iser, 2013.

MACHADO, Bruna Farias. **Estudos de masculinidades: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em Onde estão os ovos?**, de Fabrício Carpinejar. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 49-63, 2016.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed., São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência dramatiza causas. In: **Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Organizados por Maria Cecília de Souza Minayo et al. 1ª reimp. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, p. 23-47, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

PINHEIRO, Thiago Félix; COUTO, Márcia Thereza. Homens, masculinidades e saúde: uma reflexão de gênero na perspectiva histórica. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2008.

RABELO, Amanda Oliveira. **Contribuições dos Estudos de Gênero às Investigações que Enfocam a Masculinidade**. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 21, p. 161-176, 2010.

RÊGO, Nelson et al. Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma: **Programa de Educação e Reabilitação para autores de violência intrafamiliar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís-Ma**. São Luís - Maranhão, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-17, Mar. 2005

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: _____. **Cidadania e Violência**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, p. 11-20, 2000.

ZORZELLA, Vívian. L.; CELMER, Elisa. G. Grupos de Reflexão sobre gênero com homens acusados de violência doméstica: Percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. **Gênero & Direito**, v. 5, n. 1, 3 maio 2016.

APÉNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Rodas Reflexivas: A Psicologia como recurso para mudança de percepção dos Homens em situação de violência contra a mulher”, que tem como pesquisadores responsáveis o Prof. Dr. Carlos Antonio Cardoso Filho e a discente Carla Jeanne da Silva Cruz Gama. Sua participação é importante, contudo, após ler atentamente todas as informações da pesquisa abaixo e a pesquisadora lhe prestar todos os esclarecimentos, você decidirá em aceitar participar ou não. Em caso de recusa, você não terá qualquer prejuízo e/ou dano, podendo retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Em caso de aceitação e após ter compreendido perfeitamente tudo o que foi informado e estando consciente dos seus direitos, riscos e benefícios que a sua participação na pesquisa implica, assine este documento, que está em duas vias, uma via ficará com a pesquisadora e a outra pertence a você, além disso, rubricue todas as páginas deste documento.

Informação sobre a pesquisa

Objetivo: Analisar os efeitos de intervenções reflexivas/responsabilizantes voltadas para homens em situação de violência de gênero contra a mulher, a partir de suas experiências de participação no Grupo Reflexivo de Gênero do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Justificativa: Estudos dessa natureza são importantes pela relevância social que possui, visto que não se pode pensar uma Psicologia em todas as suas diversas áreas apartada do social, além de que, percebe-se a relevância em pesquisar o fenômeno da violência contra a mulher tendo o olhar também voltado para os homens, em prol da educação necessária da sociedade a respeito desse fenômeno e da busca por possibilidades na diminuição dos casos de violência contra a mulher e feminicídio no país. Assim, busca-se com essa pesquisa contribuir para o estudo e conseqüentemente o entendimento dos benefícios que este tipo de intervenção pode trazer para a sociedade, pensando ainda também na prevenção do problema a partir da educação e conseqüentemente da possibilidade de mudanças de crenças e comportamentos na sociedade.

Procedimentos que serão utilizados: a coleta de dados será realizada através de entrevistas individuais com homens que participaram do Grupo Reflexivo de Gênero do

Tribunal de Justiça do Maranhão, com roteiro semiestruturado, obtidas em forma de gravação de voz.

Possíveis riscos: há uma previsão mínima de riscos decorrentes da pesquisa, porém esta pode incitar instabilidade emocional, devido a temática abordada. Dessa forma, é importante ressaltar que, a entrevista será realizada nas instalações do Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís- Maranhão, tendo a presença do Psicólogo da instituição e responsável pelo grupo reflexivo, e será realizada com o cuidado necessário para dar suporte emocional, caso seja necessário. Diante do momento vivido de pandemia da Covid-19 há o risco de contaminação se não tomado os cuidados devidos, sendo assim, será avaliado e acordado com todos os atores da pesquisa a melhor forma de se proceder com as entrevistas, respeitando e seguindo todos os protocolos e medidas de segurança da OMS e do Governo do Estado do Maranhão, em prol da segurança e saúde de todos.

Benefícios esperados: Esta pesquisa poderá promover reflexões quanto à prática que está sendo realizada no grupo alvo de pesquisa, acerca dos trabalhos psicopedagógicos da justiça Maranhense, voltados aos homens em situação de violência contra a mulher, assim como pensar novas possibilidades de pesquisas e intervenções nesta área e perspectiva.

Os resultados da pesquisa destinar-se-ão a elaboração e publicação de caráter científico, sendo garantidos o sigilo e anonimato dos participantes, que terão suas entrevistas transcritas com codinomes para a preservação de sua identidade.

Estamos disponíveis, nos comprometendo a proporcionar respostas sobre qualquer dúvida que porventura venha a ter sobre o desenvolvimento do estudo.

Para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, os pesquisadores responsáveis colocam-se à disposição: Carla Jeanne da Silva Cruz Gama, e-mail carlinhajeannescruz@gmail.com e Carlos Antonio Cardoso Filho, e-mail carloscardosof@gmail.com.

Obrigado por sua colaboração.

São Luís, ____/____/____

Participante

Carla Jeanne da Silva Cruz Gama
(Pesquisadora responsável)

Prof. Dr. Carlos Antonio Cardoso Filho
(Orientador e Pesquisador responsável)

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade/ Profissão/ Renda:

Relação com a denunciante/ local do incidente:

Situação conjugal:

Filhos (quantos):

Data (ano) de participação no grupo Reflexivo:

Tempo de permanência/ participação no grupo Reflexivo:

QUESTÕES

(Busca-se investigar sentimentos, pensamentos, crenças, percepção sobre sua culpabilidade e responsabilização diante dos atos/comportamentos problemas que levaram à denúncia, antes e após participação no grupo)

- 1) Como você chegou até o grupo Reflexivo?
- 2) Descreva como foi para você ser indicado para a participação no grupo reflexivo?
- 3) Fale-me sobre o que você pensou / sentiu ao ser denunciado por violência contra a Mulher?
- 4) Como você descreve sua percepção sobre a figura da Mulher antes da participação no grupo (busca-se: quem é a mulher, o que representa, qual papel, como deve se comportar, como deve ser tratada)?
- 5) Como você se descreve antes da participação no grupo reflexivo (busca-se: crenças, comportamentos)?
- 6) Os trabalhos do grupo iniciaram. Como foi para você participar do grupo reflexivo e das suas atividades?
- 7) Fale-me sobre o que você pensou/sentiu durante a realização das atividades do grupo?
- 8) Como você descreve sua percepção sobre a figura da Mulher após a participação no grupo (busca-se: quem a mulher é, o que representa, qual papel, como deve se comportar, como deve ser tratada)?
- 9) Como você se descreve após a participação no grupo reflexivo (busca-se: crenças, comportamentos)?